Atena Editora
Ano 2021

Rosiane Machado da Silva
Maria Isabel Moura Nascimento

A RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

REITOR ALVARO AUGUSTO CUNHA ROCHA- CAIC:

A primeira escola universitária (1950-1993)

Atena Editora
Ano 2021

Rosiane Machado da Silva
Maria Isabel Moura Nascimento

A RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

REITOR ALVARO AUGUSTO CUNHA ROCHA- CAIC:

A primeira escola universitária (1950-1993)

Editora Chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Assistentes Editoriais
Natalia Oliveira
Bruno Oliveira
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto Gráfico e Diagramação
Natália Sandrini de Azevedo
Camila Alves de Cremo
Luiza Alves Batista
Maria Alice Pinheiro
Imagens da Capa
iStock
Edição de Arte
Luiza Alves Batista
Revisão
As autoras

2021 *by Atena Editora*
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2021 Os autores
Copyright da Edição © 2021 Atena Editora
Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.
Open access publication by Atena Editora

Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Atena Editora
Ano 2021

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr.Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Atena Editora
Ano 2021

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde
Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias
Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
ProFª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes
Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª DrªFernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico
Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sulivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Atena Editora
Ano 2021

A reconstrução histórica do centro de atenção integral à criança e ao adolescente reitor Alvaro Augusto Cunha Rocha – CAIC: a primeira escola universitária (1950-1993)

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: As autoras
Autoras: Rosiane Machado da Silva
Maria Isabel Moura Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586 Silva, Rosiane Machado da
A reconstrução histórica do centro de atenção integral à criança e ao adolescente reitor Alvaro Augusto Cunha Rocha – CAIC: a primeira escola universitária (1950-1993) / Rosiane Machado da Silva, Maria Isabel Moura Nascimento – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-311-5
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.115211507

1. Educação. 2. Escola. I. Silva, Rosiane Machado da. II. Nascimento, Maria Isabel Moura. III. Título.
CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2021

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

DECLARAÇÃO DAS AUTORAS

As autoras desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao manuscrito científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção do respectivo manuscrito, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que o manuscrito científico publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

Atena
Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce,* ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Atena
Editora
Ano 2021

PREFÁCIO

A universidade é mais que uma instituição ou local de trabalho, é o espaço da pesquisa, e da construção do conhecimento. Desempenha importante papel na organização e manutenção do conhecimento socialmente produzido, na produção de novos conhecimentos e na sua inserção social.

O papel da universidade é muito mais amplo que a formação de profissionais para as diferentes áreas de atuação, se instituindo historicamente na sociedade ocidental por volta do século XII e desde então evoluindo constantemente.

A universidade brasileira por ser bem mais recente recebeu influência de diferentes modelos. Podemos destacar as universidades alemã e americana as quais trazem a importância da produção e aplicação de novos conhecimentos remetendo aos conceitos de pesquisa e inovação.

Aliado a esses conceitos desenvolve-se a perspectiva da relação mais próxima com a comunidade na qual se insere na busca de um diálogo que permita aproximar os conhecimentos produzidos via pesquisa daquelas comunidades.

Assim, quando falamos em universidade nos referimos a suas atividades fim: de ensino, pesquisa e extensão.

O trabalho das professoras Dra. Rosiane Machado da Silva e Dra. Maria Isabel Nascimento, sob o título: "A reconstrução histórica do Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente Reitor Álvaro Augusto Cunha Rocha – CAIC: a primeira escola universitária (1950-1993)" é um exemplo dessa articulação "ensino-pesquisa-extensão" no contexto universitário.

O tema da pesquisa nasce da ação da UEPG na formação de professores ainda na década de 1940 na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras e nesse processo de ensino a necessidade de criação de uma escola de aplicação, que por sua vez, vem atender necessidades educacionais da comunidade pontagrossense, numa ação também de caráter extensionista.

O resultado aqui apresentado decorre de primoroso estudo e pesquisa desde o Colégio de Aplicação até a criação do Centro Educacional, posteriormente denominado CAIC Álvaro Augusto Cunha Rocha, tendo como recorte histórico o período de 1950-1993.

O trabalho analisa as transformações históricas do período, o desenvolvimento social e político que permite compreender as reais condições de criação do primeiro Colégio de Aplicação administrado pela UEPG.

A relevância da pesquisa é a contribuição para a produção do conhecimento sobre a história das instituições escolares no Paraná e no Brasil. Além disso, contribui para que toda a comunidade universitária e pontagrossense valorize suas instituições e sua história.

Profa. Dra. Graciete Tozetto Goes
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. João Carlos Gomes
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Ponta Grossa

Abril 2021

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **1**

CAPÍTULO 1 ..... **5**

AS MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO COM A ASCENÇÃO DA INDÚSTRIA NO BRASIL

BREVE APONTAMENTO SOBRE OS ASPECTOS ECONÔMICOS, POLÍTICOS E EDUCACIONAIS QUE ANTECEDERAM O SURGIMENTO DOS COLÉGIOS DE APLICAÇÃO NO BRASIL 5

O surgimento das faculdades isoladas na Universidade Estadual de Ponta Grossa- UEPG 7

De faculdades isoladas a Universidade 14

CAPÍTULO 2 ..... **18**

DE COLÉGIO DE APLICAÇÃO A CENTRO EDUCACIONAL: TRAJÉTORIA HISTÓRICA

A TRAJETÓRIA DO CENTRO EDUCACIONAL DESAFIOS E POSSIBILIDADES (1977-1990) 27

ATIVIDADES DO CENTRO EDUCACIONAL- FORMAÇÃO DOCENTE 29

CAPÍTULO 3 ..... **37**

O ESPAÇO DA PESQUISA EM BUSCA DAS FONTES, E SEUS SUJEITOS HISTÓRICOS

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA E ORGANIZAÇÃO 37

Missão da escola 39

Competências 39

Estrutura organizacional 39

Plano de trabalho bimestral 40

Assembleias 40

Trabalho individual 40

Trabalho diversificado 40

Pesquisa como processo de formação da competência humana 40

Atividades propostas pelos alunos 40

Projetos coordenados pelos professores 41

Registros da classe 41

Estudos complementares 41

Grupos identificados por símbolos ou denominação 41

Ponto de encontro 41

PESQUISA HISTÓRICA 25 ANOS DE FUNCIONAMENTO DO CAIC 42

CONCLUSÃO 49

REFERÊNCIAS 51

SOBRE AS AUTORAS 53

INTRODUÇÃO

A obra “A Reconstrução histórica do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Reitor Alvaro Augusto Cunha Rocha- CAIC: a Primeira Escola Universitária das Instituições de Ensino Superior do Paraná” resultou do processo de pesquisa histórica, do primeiro colégio de aplicação do Paraná na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Tendo como motivação inicial a busca da compreensão das transformações históricas da educação ocorridas no Paraná, oriundas do processo de desenvolvimento social e político, que se articulavam ao processo histórico do país principalmente na década de 1950. Nessa perspectiva, procuramos compreender os interesses e contradições que produziram as condições reais, para a criação do primeiro Colégio de Aplicação administrado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

É importante destacar ainda que, o interesse por esta pesquisa foi resultante da aproximação com este objeto de estudo no curso de doutorado em educação em 2014, no qual resultou na publicação do artigo com o título: O Estado do Conhecimento sobre os Colégios de Aplicação do Brasil de 1987-2013, publicado na Revista Gestão Acadêmica.

Outro aspecto importante diz respeito, do estudo sobre as “Instituições Escolares” uma das temáticas estudadas no grupo de pesquisa HISTEDBR- Campos Gerais, do qual as autoras são pesquisadoras. Para melhor compreensão desta temática, faz-se necessário debruçarmos nos fatos históricos que o antecederam.

Até 1939, não constavam nos certificados do curso de Filosofia, Ciências e Letras, as disciplinas de Estágio Supervisionado ou Prática de Ensino. Estas atividades eram desenvolvidas na disciplina de Didática Geral que “assumia a responsabilidade de estudos dos objetivos, conteúdos, métodos e técnicas de ensino e avaliação das disciplinas específicas do campo de conhecimento do licenciando”. (KINPARA; KRILOW, 1997, p. 17).

Em 1946 ocorreram mudanças na organização curricular, e a necessidade de uma prática de ensino aos alunos na formação acadêmica, passou a ser uma exigência. O Decreto Lei nº. 9053/46 no Art.11 estabeleceu o prazo, de um ano para que as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, organizassem o funcionamento de uma escola, denominada (inicialmente de Ginásio de Aplicação). Posteriormente, passou a ser denominado de Colégio de Aplicação- CAp, por ser de maior abrangência incluindo o curso Ginasial.

Devido às dificuldades das Faculdades de Filosofia Ciências e Letras, em cumprir a determinação o prazo foi prorrogado para três anos, com a Lei nº 186 de 19/12/1947. Até este período, as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras deveriam oferecer aos alunos do Curso de Didática, uma situação real de inserção acadêmica a fim de experimentar seus conhecimentos.

No Paraná a criação do primeiro Colégio de Aplicação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, resultou do ato de instalação do curso de Didática pelo Decreto Lei 32. 243/ 53 do Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, na Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, que para atender o estabelecido pelo Decreto Lei nº 9.053/46. O teor do Decreto prescreveu a necessidade da criação de um Colégio de Aplicação, o qual deveria funcionar no horário normal de aula da Faculdade, para dar oportunidade aos “futuros professores”, que durante o Curso de Didática recebessem aulas práticas no colégio.

Em 1960 foi criado pelo Decreto Lei nº 30.178, o ”Ginásio Estadual de Aplicação na Universidade Estadual de Londrina” pelo então governador do Paraná Moisés Lupion. Em 1974, através do Decreto Lei nº 5.537/74, o Governador do Estado do Paraná, Emílio Gomes, criou e autorizou o funcionamento progressivo do “Centro Estadual de Aplicação Pedagógica de 1º grau” da Universidade Estadual de Maringá.

Para melhor compreensão da complexidade dos fatos relacionados ao objeto de pesquisa, optamos pela organização metodológica pautada, na perspectiva epistemológica assentada na abordagem histórica. Tendo como referência a compreensão de Marx (2002), sobre o homem no sentido ontológico e sua totalidade, visto enquanto ser histórico e social. A reconstrução histórica sobre a primeira escola universitária das Instituições do Ensino Superior- IES no Paraná, buscou contribuir para o resgate histórico das Instituições Escolares no Brasil, visto que a mesma não está isolada academicamente. Trabalhos de pesquisa sobre Instituições Escolares vêm sendo desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em educação desde os anos de 1990, atraindo pesquisadores particularmente interessados na História da Educação.

> [...] o desenvolvimento dos estudos históricos da educação inicia-se nos anos 1990 e caracteriza-se pela consolidação da pós-graduação. É teoricamente marcado pela chamada crise dos paradigmas. Propõe-se, então, o pluralismo epistemológico e temático e privilegia-se o estudo de objetos singulares. O aspecto positivo dessa fase, que perdura ainda hoje, é representado pela ampliação das linhas de investigação, pela diversificação teórico-metodológica e pela utilização das mais variadas fontes de pesquisa. (NOSELLA; BUFFA, 2005, p. 354).

Nesse sentido se destacam também os estudos sobre Instituições Escolares desenvolvidos pelos pesquisadores do HISTEDBR Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” criado em 1986, e coordenado por Dermeval Saviani. Neste grupo as questões que se referem às instituições escolares têm sido largamente debatidas em algumas jornadas de estudos já realizadas. Com o intuito de incentivar a continuidade do debate sobre instituições escolares, foi realizada na Universidade Estadual de Ponta Grossa, no período de 07 a 09 de novembro de 2005 a “VI Jornada do HISTEDBR”, com o tema central “Reconstrução Histórica das Instituições Escolares no Brasil”, no qual resultaram na organização de um livro com o título: Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica (NASCIMENTO et al., 2007).

No Paraná especificamente em Ponta Grossa e Região dos Campos Gerais, apontamos a importância da pesquisa sobre instituição escolar intitulada “Grupos escolares na Região dos Campos Gerais- PR resgate das fontes históricas” , coordenada pelos pesquisadores Maria Isabel Moura Nascimento da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e José Claudinei Lombardi da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

A possibilidade de escrever e reescrever a História da Educação Brasileira e Regional, demanda um olhar diferenciado daquele que dá espaço apenas às narrativas emergentes dos documentos oficiais. É preciso visualizar as possibilidades de conhecer o contexto histórico, político e social em que está inserida ou que a criou (ANDRADE, 2011). Ainda, a compreensão de que as instituições escolares são produtos da ação humana.

Para Saviani (2007), as instituições escolares estão voltadas para atender as solicitações presentes que surgem das necessidades humanas. Para o autor não é toda e qualquer necessidade humana que requer a existência de uma instituição. Explica também que palavra instituição guarda a ideia comum de algo que não estava dado e que é criado, posto, organizado, construído pelo homem.

> Assim, além de ser criada pelo homem, a instituição apresenta-se como uma estrutura material que é constituída para atender a determinada necessidade humana, mas não qualquer necessidade. Trata-se de necessidade de caráter permanente. Por isso a instituição é criada para permanecer. Se observarmos mais atentamente o processo de produção de instituições, notaremos que nenhuma delas é posta em função de alguma necessidade transitória [...] (SAVIANI, 2007, p. 04).

Para a compreensão da realidade de uma determinada sociedade em sua totalidade, faz-se necessário entender as relações, econômicas, políticas e sociais, presentes no contexto analisado, pois as transformações que ocorrem nesta sociedade são frutos das contradições existentes no interior destas relações.

Encontramos apoio na teoria Marxista no argumento de que para compreendermos os processos históricos, é preciso partir da natureza relacional do ser social e não de sua imediaticidade. É preciso conhecer o processo de construção histórica a partir das suas condições materiais, numa relação dialética, ou seja, o Materialismo Histórico. Defende-se, com este posicionamento, que a evolução histórica se apresenta desde a antiguidade, pelos confrontos entre diferentes classes sociais decorrentes da "exploração do homem pelo homem".

> Com o surgimento da divisão entre cidade e campo, as imposições naturais se tornam secundárias e avultam as condições sociais propriamente ditas. A formação da classe dos comerciantes, separada dos produtores, faz avançar ainda mais o processo da divisão social do trabalho. Deste processo se origina a propriedade comunal tribal até a propriedade privada burguesa. (MARX; ENGELS, 2002, p. 28).

As relações de trabalho se configuram como um dos indicativos que apontam para a possibilidade de humanização do homem. As formas como essas relações se dão é que determinam a sua consciência. Melhor dizendo, a consciência é determinada num conjunto de relações com a natureza e com as relações sociais, sendo sempre subordinada ao homem e a sua vida concreta. (MARX, 1996). Deste modo, analisar a forma como se deu o funcionamento da primeira escola universitária do Paraná iniciada em 1950, pressupõe uma pesquisa dialética, em que contemple as condições materiais e as relações de trabalho presentes na sociedade brasileira daquela época.

Para isso foi necessário à captação do real, que dependeu da análise dos fatos ocorridos no tempo e espaço do objeto de estudo. Isso significou que a utilização de fontes e as informações dela emergentes, é que possibilitaram a capacidade de ampliar a compreensão de sua totalidade, que por sua vez é constituída de suas partes. Por isso, devemos atentar para o movimento dialético que se processa entre o particular e o geral, o singular e o universal nas quais esta instituição se constitui. Sanfelice (2007, p. 78-79)

argumenta:

> [...] a dimensão da identidade de uma instituição somente estará mais bem delineada quando o pesquisador transitar de um profundo mergulho no micro e, com a mesma intensidade, no macro. As instituições não são recortes autônomos de uma realidade social, política, cultural, econômica e educacional. Por mais que se estude o interior de uma instituição, a explicação daquilo que se constata não está dada de forma imediata em si mesma. Mesmo admitindo que as instituições adquirem uma identidade, esta é fruto dos laços de determinações externas a elas e, como já dito, "acomodadas" dialeticamente no seu interior.

Ao historiador cabe buscar a identidade de seu objeto de estudo, e o sentido dessa identidade numa relação dialética. Por isso reconstruir historicamente as instituições escolares no Brasil, e em especial a primeira escola universitária do Paraná, requereu a compreensão da complexidade da realidade histórica que a envolveu, sem deixar de correlacioná-la a realidade mais ampla do contexto no qual as instituições escolares se situam.

A apresentação deste estudo foi organizada em 03 Capítulos: no Capítulo I- apresentamos de modo conciso, o caminho percorrido pelos Colégios de Aplicação no Brasil, nos aspectos políticos educacionais a implantação das Faculdades Isoladas de Ponta Grossa e a criação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. No Capítulo II- abordamos sobre o funcionamento do Colégio de Aplicação no período de 1950 a 1970. A trajetória do Centro Educacional de 1980-1990. O funcionamento do Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente em 1993. No Capítulo III- relatamos o envolvimento com o espaço da pesquisa em busca das fontes, e seus sujeitos históricos. Nas considerações apontamos as impressões sobre a pesquisa e as analises resultantes das fontes sobre o processo histórico, dos Colégios de Aplicação e modo específico, da Instituição administrada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Nesse sentido entende-se, que a proposta da reconstrução histórica sobre o primeiro Colégio de Aplicação do Paraná, e a apreensão do movimento da implantação e a constituição sobre o processo de implantação do mesmo, possibilitou uma contribuição para a produção do conhecimento na história das instituições escolares da educação brasileira e de modo singular no Paraná.

CAPÍTULO 1

AS MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO COM A ASCENÇÃO DA INDÚSTRIA NO BRASIL

BREVE APONTAMENTO SOBRE OS ASPECTOS ECONÔMICOS, POLÍTICOS E EDUCACIONAIS QUE ANTECEDERAM O SURGIMENTO DOS COLÉGIOS DE APLICAÇÃO NO BRASIL

Compreender a origem dos Colégios de Aplicação no Brasil CAPs, requer o resgate dos fatos históricos, políticos, econômicos e sociais que se constituíram como pano de fundo, para a criação destas instituições em nosso país. O Brasil como país agroexportador foi grandemente afetado, desde a proclamação da República em 1889.

No início do Século XX com as mudanças econômicas que estavam ocorrendo na Europa e América do Norte, a mudança da oligarquia rural para a industrial, a economia brasileira acabou se comprometendo com a política externa dos Estados Unidos. A necessidade de mudanças e reestruturação das bases econômicas brasileiras se fazia necessária, tanto na estrutura como na manutenção. As urgentes transformações de um modelo agrário para o industrial era a palavra de ordem.

Após a Primeira Guerra Mundial (1914- 1918), a economia girou em torno das demandas econômicas da Europa para a América do Norte. Os Estados Unidos já apresentava fragilidade em sua economia, causando a quebra da Bolsa de Nova York em 1929.

> O agravante era que muitos capitais europeus estavam migrando para a Bolsa de Nova York, o que era agravado pelo fato de o balanço de pagamentos positivo dos EUA implicar em pouco dólar em circulação no mercado mundial". (KINPARA; KRILOW, 2015, p.04).

No Brasil este acontecimento trouxe a baila nas discussões, a necessidade de escolarização da classe trabalhadora, para atender a demanda do mercado industrial em ascensão oriunda, das mudanças econômicas ocorridas com a queda da bolsa já mencionada. A preocupação residia no fato de que a mão de obra utilizada na produção rural, não exigia os conhecimentos escolares que a indústria precisava. Com a inserção de máquinas e outros equipamentos modernos, era necessária a compreensão e a leitura dos manuais de funcionamento dos mesmos.

Outro fator que provocou mudanças nos rumos do país foi a Revolução realizada em 24 de outubro de 1930, liderado pelos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, devido à insatisfação da população destes Estados com o resultado das eleições presidenciais, levando a um golpe de Estado conhecido como "golpe" de 30. "A nova situação implantada na década de 30 veio modificar profundamente o quadro das aspirações sociais, em matérias de educação, e, em função disso, a ação do próprio

Estado" (ROMANELLI, 1996, p. 59).

As décadas de 30/ 40 do século XX foram marcadas pelas críticas sobre o dualismo educacional. Um ensino voltado à instrução para a classe trabalhadora, e outra diferenciada para os filhos da elite dominante. Esta situação,

> [...] reforçou o elitismo e frustrou a propalada renovação científica do sistema educacional brasileiro, essa reforma representou a concretização do discurso renovador, enquanto versão nacional da proposta escolanovista (XAVIER, 1990, p. 84).

O objetivo principal das mudanças era atender o avanço da indústria, que imperava no Brasil com a mão de obra qualificada. O contexto educacional brasileiro se construiu sob estes ditames, um ensino diferenciado para os pobres e outro para os filhos dos mais favorecidos. A efervescência dos aspectos políticos, econômicos e educacionais na escola de educação básica estava voltada, para atender um novo modo de produção "industrial" e uma sociedade capitalista onde o eixo principal era,

> [...] a compra e a venda da força de trabalho, dá origem a uma sociedade civil marcada pela divisão entre o público e o privado, pela oposição dos homens entre si, pela exploração, pela dominação, pelo egoísmo, pelo afã de poder, enfim, por uma fratura ineliminável no seu interior. (MARX, 2010, p. 26).

As discussões sobre este modelo de educação advinda do novo modo de produção ganharam força, impulsionada pela elite oligárquica industrial em ascensão, com as reformas de ensino empreendidas.

> [...] lutas travadas entre o movimento renovador, que tinha como base de suas ideias as teses da Pedagogia Nova, e um grupo conservador ligado à Igreja Católica, numa luta ideológica que marca profundamente as ações educacionais a partir da década de 30. O movimento renovador defendia uma escola pública obrigatória, laica e gratuita regida pelos princípios pedagógicos renovados inspirados nas teorias de Dewey, Kilpatrick entre outros. (FRANGELLA, 2019, p. 2).

Os embates teóricos sobre a educação básica, e o processo de reorganização do ensino foram pontuados pelos Decretos- Lei (1942- 1946), no bojo das discussões estava o acesso aos que até então, estavam fora da escola com a necessidade de sua imediata inserção. A escolarização básica tornara-se necessária aos trabalhadores, para atender a demanda da indústria de uma mão de obra qualificada.

Outra pauta dos debates se referiu sobre a necessidade de uma formação docente, voltada à melhoria do ensino básico escolar. Tornando-se necessária as mudanças de métodos e formas de ensino, mediante as descobertas da psicologia no campo educacional, e os objetivos e direcionamentos filosóficos preconizados pela Pedagogia Nova. As reformas realizadas objetivavam mudanças no sistema educacional brasileiro. Neste quesito conservadores e renovadores da pedagogia concordavam, era preciso o estabelecimento de normas a ser seguidas em todo o território nacional. Era preciso construir uma nova estrutura ao ensino brasileiro, a reforma promovida por Francisco Campos foi um dos marcos deste inicio e efetivou-se [...] "através de uma série de decretos

que dispunham sobre a organização do ensino superior e do ensino médio, secundário e profissional". (XAVIER, 1990, p. 84).

Com isso temos o início de uma ação mais efetiva do Estado em relação à educação e ao estabelecimento das políticas educacionais, tanto na organização, como na estruturação do ensino secundário, comercial e superior brasileiro. O principal destaque foi para a organização do ensino superior, e o regime universitário nos aspectos didáticos-administrativos (FRANGELLA, 2019).

É importante destacar que desde a coroa portuguesa, as Faculdades Isoladas já faziam presentes no Brasil, privilegiando os cursos de Direito, Medicina e a Escola Politécnica, porém de modo fragmentado legitimando as modificações. É nesta conjuntura política- educacional que surge a necessidade, dos Colégios de Aplicação no Brasil atrelados à nova organização do ensino superior no país e ao surgimento das Faculdades Isoladas.

O surgimento das faculdades isoladas na Universidade Estadual de Ponta Grossa- UEPG

O processo histórico e o surgimento das Faculdades Isoladas e posteriormente da Universidade Estadual de Ponta Grossa, tem como diferencial a localização da cidade. No tropeirismo era passagem obrigatória para os comerciantes que desejavam descansar, alimentar seus animais para seguir viagem rumo a São Paulo e Minas Gerais.

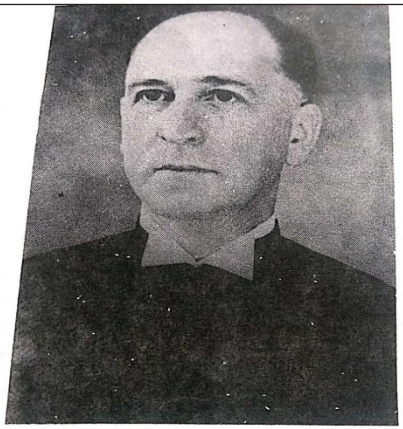
A cidade cresceu em torno destas atividades tornando um importante entroncamento rodo- ferroviário do Sul do Brasil. O continuo desenvolvimento da Princesa dos Campos, assim denominada pelas suas vastas paisagens, se configurou numa referência para as demais cidades, que compõe a região dos Campos Gerais, "que se estende por toda uma ampla região geo- educacional de influência numa direção caracteristicamente leste-sudoeste do Estado". (CATALOGO GERAL, 1972, s/n). Havendo, portanto, a necessidade de oferecer o acesso ao ensino superior, às pessoas que aqui foram se estabelecendo, e para outras das regiões circunvizinhas.

Ainda, por considerarmos que este espaço de pesquisa para o estudo da reconstrução histórica, da instituição escolar dos Campos Gerais desencadeou: "[...] o complexo processo de ir às determinações mais gerai dos Campos Gerais, buscando-se compreender sua formação, os interesses que cercaram a organização da região e as articulações com outras regiões". (NASCIMENTO, 2008, p.15).

A primeira instituição de ensino superior estabelecida em Ponta Grossa foi em 1949, com a criação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa. Os professores Drº Joaquim de Paula Xavier, Raul Pinheiro Machado e Drº José Pinto Rosas se destacaram neste processo. Na mesma data que criou a Faculdade Estadual sob o número 8.837 de 07/11/1949, também foram criados os cursos de Letras Neolatinas, Geografia e História e Matemática. "Estes cursos iniciaram suas atividades em princípios de 1950, no pavimento superior do edifício Colégio Regente Feijó, situado à Rua do Rosário, em frente à Praça Barão do Rio Branco". (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, 1984, p. 02).

Joaquim de Paula Xavier foi o 1º Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

de Ponta Grossa. Nomeado pelo Decreto n. 8.839, de 08 de novembro de 1949.



Joaquim de Paula Xavier
1º Diretor da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa

CS Scanned with CamScanner

FIGURA 1- Primeiro diretor da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa

Fonte: Universidade Estadual de Ponta Grossa (1984).

O corpo docente do novo estabelecimento de ensino era formado pelos professores:

> Curso de Letras Neolatinas: Estevan Zene Coimbra, Dulce Paula Xavier, Frei Ambrósio Zanatto, Paschoal Salles Rosa. Curso de Geografia e História: Fernando Machuca, Joaquim de Paula Xavier, Faris Antonio S. Michaelle, Mena Barreto. Curso de Matemática: Eurico Taques Guimarães, Orlando Justus e Leônidas Justus. Foram nomeados membros do Conselho Técnico e Administrativo: Eurico Taques Guimarães, José Pinto Rosas, Olímpio de Paula Xavier e Bady Nasser. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, 1984, p. 03).

Em 10 de fevereiro de 1953, com o Decreto Lei nº 32.243 foi concedido pelo Governo Federal, à autorização para o funcionamento do curso de Didática. A aula inaugural foi proferida pelo Professor Bruno Enei sob o título "O homem em face da filosofia Moderna".

Em 1967, foi criada a primeira revista da Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de Ponta Grossa denominada de "Minerva". O objetivo da revista era divulgar anualmente, as atividades acadêmicas para comunidade externa.

> Se "MINERVA" pretende ser o elo, traço de união entre a Faculdade de Filosofia e a cidade, evidentemente deverá chegar aos principais setores da sociedade pontagrossense sem a marca do academicismo, levando a todos, não só o relatório de atividades docentes, mas a efetiva mensagem de que a Faculdade de Filosofia, através dos cursos que ministra, entende e sente a cidade, e por entendê-la e senti-la, nela se integra e a ela serve. (RAMOS, 1967, p. 06).

Na publicação do seu primeiro número, percebemos a preocupação dos organizadores em deixar registrada, a homenagem ao Profº Bruno Enei (In Memoriam), escrita pelo Professor Paschoal Salles Rosa pela sua dedicação a Faculdade:

> Corredores e salas da Faculdade de filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa estão vazios de vossa pessoa, Prof. BRUNO, mas repletos de saudade. Se agora ali não escutamos vossa voz, já ouvimos um eco reproduzido pela voz de um de vossos alunos. Tudo está impregnado de vossa personalidade, de vossa cultura, de vosso carinho. O trajeto que traçastes, procuram-no seguir os vossos discípulos, lutando para que o esquecimento, tão comum em nossos dias, não apague a vossa figura da lembrança desses moços, que vieram e virão a nossa Faculdade para viver e sentir de perto o pulsar da cultura. (ROSA, 1967, p. 05).

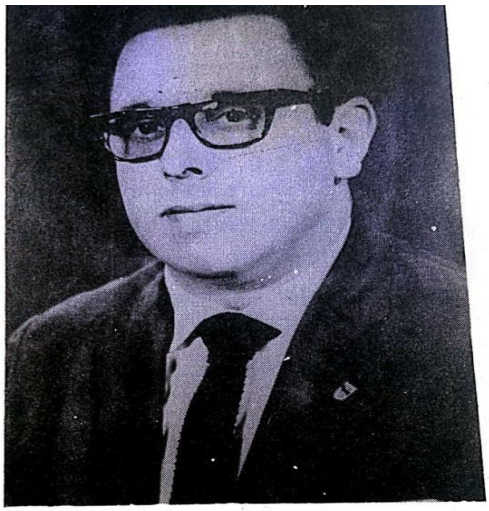
No anuário MINERVA, encontramos o registro de importantes informações sobre os diretores que atuaram na gestão da Faculdade no período de 1950-1966, a saber:

Ano	Nome do professor/ diretor
1950-1952	Joaquim de Paula Xavier
1952- 1955	Estêvão Zeve Coimbra
1955-1956	Sylvio Luiz Zan
1956-1958	Leônidas Justus
1958-1960	Nicolau Meira de Ângelis
1960- 1961	Pe. Fredolino Beuren
1961- 1963	Sylvio Luiz Zan
1963-1966	José Bittencourt Craveiro de Sá
1966	Joselfredo Cercal de Oliveira

TABELA 1- Nome dos diretores e ano em que atuaram na direção da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras.

Fonte: MINERVA anuário da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa (1967)

O professor Joselfredo Cercal de Oliveira foi o último Reitor da Faculdade antes da unificação das mesmas, assunto no qual veremos mais adiante.



Joselfredo Cercal de Oliveira
Último Diretor da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa

Scanned with CamScanner

FIGURA 2- Joselfredo Cercal último Reitor

Fonte: Universidade Estadual de Ponta Grossa (1984).

Em 1952, tivemos a criação da Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, através da Lei º 921 de 16/09/1952 e o reconhecimento pelo Decreto Federal nº. 40.445, de 30 de novembro de 1956. A autorização para o funcionamento se deu por meio do Decreto Federal nº 33.338, de 21 de julho de 1953. A Faculdade funcionou no Colégio Sant' Ana, à Praça Barão do Rio Branco.

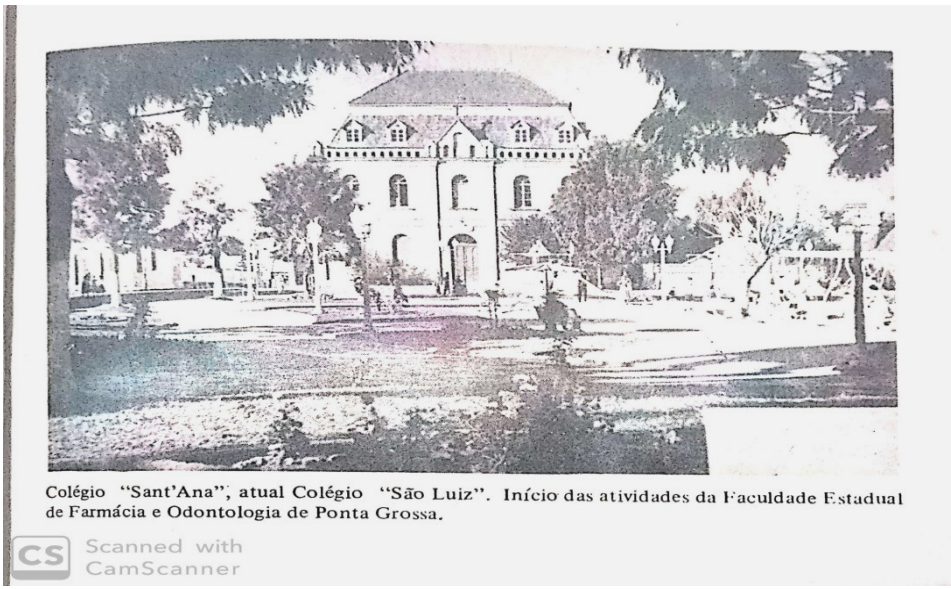


FIGURA 3- Colégio Sant'Ana iniciou as atividades das Faculdades de Farmácia e Odontologia

Fonte: Universidade Estadual de Ponta Grossa (1984).

O primeiro Diretor da Faculdade foi o professor Dr. José de Azevedo Macedo, os seus secretários foram: Edgar Zanoni, Guaracy Paraná Vieira e Diva Rosa Montes.

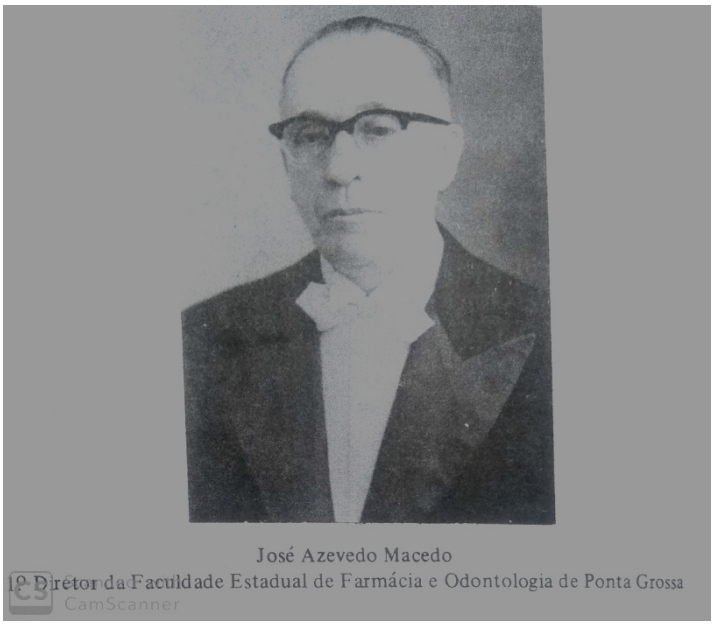


FIGURA 4- Diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia foi o professor Dr. José de Azevedo Macedo

Fonte: Universidade Estadual de Ponta Grossa (1984).

De acordo com o catálogo da UEPG (1984) o quadro de docentes do curso de Farmácia, inicialmente, era composto pelos professores Dr. Antonio Russo– Química, Dr. Jaime Gusmann- Botânica, Dr. .Leopoldo Pinto Rosas- Zoologia e Parasitologia e Dr. Abrahão Federmann- Física Aplicada à Farmácia. O curso de Odontologia era composto pelos professores: Dr. José Azevedo Macedo- Fisiologia, Dr. Davis Federmann- Histologia e Microbiologia, Dr. Amadeu Puppi- Anatomia, Dr. Osmário Pimentel dos Santos- Metalurgia.

Os diretores da Faculdade além do José Azevedo foram:

> Mário Braga Ramos, por duas gestões, de 11 de março de 1955 a 08 de maio de 1959; Osmário Pimentel dos Santos, como Diretor interino, de 9 de maio de 1959 a 1º de junho do mesmo ano; Manoel Lobo da silva Brasil, de 28 de maio de 1959 a 28 de maio de 1961; José da Silva Ribeiro, com posse em 14 de junho de 1961. Jayme Gusmann tomou posse em 28 de julho de 1963, permanecendo no cargo até 22 de junho de 1965. O professor Jayme foi o último Diretor da Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, antes do seu desmembramento. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, 1984, p.11).

A ideia de desmembramento da Faculdade Estadual de Farmácia de Ponta Grossa e Odontologia de Ponta Grossa, em Faculdade Estadual de Farmácia de Ponta Grossa e Faculdade Estadual de Odontologia de Ponta Grossa, principalmente entre os docentes componentes dos cursos de Farmácia e Odontologia ocorreu, em 13 de janeiro de 1966, por Lei estadual nº 5261 que instituiu,

> [...] a desvinculação dos cursos de Farmácia e Odontologia da Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa. Surgiam dessa forma, a Faculdade Estadual de Odontologia de Ponta Grossa e a Escola Estadual de Farmácia de Ponta Grossa, sendo esta posteriormente denominada de Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica de Ponta Grossa, por força da Lei nº 5.646, de 3 de outubro de 1967. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, 1984, p.14).

Mesmo com a separação legal o desmembramento só ocorreu em 18 de março de 1966, com a nomeação dos diretores das respectivas Faculdades.

A Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa, foi criada em 04/08/1954 pela Lei Estadual nº 2.179, tendo como Governador Bento Munhoz da Rocha Neto. Em 18 de março de 1961, foi reconhecida pelo Decreto Federal nº 50.355. As atividades iniciaram em 03 de março de 1958, nas dependências do Colégio Estadual Regente Feijó. No dia 21 de janeiro de 1958, foi autorizado o funcionamento do curso de bacharelado em Direito da Faculdade Estadual de Direito em Ponta Grossa por meio do Decreto nº 43.059, de 21/01/1958, na gestão do governo Juscelino Kubitschek de Oliveira. O primeiro diretor da Faculdade foi Mário Lima dos Santos, no período de 03 de abril de 1956 a 17 de abril de 1959.

Scanned with CamScanner

FIGURA 5- Diretor Mário Lima dos Santos

Fonte: Universidade Estadual de Ponta Grossa (1984).

Os demais diretores da Faculdade de Direito foram:

> Olimpio de Paula Xavier, de 15 de abril de 1959 a março de 1961; Marino Bueno Brandão Braga, de 9 de maio de 1961 a fevereiro de 1962; Fernando Newton Bittencourt Fowler, de 27 de março de 1962 a 24 de agosto de 1963; Joel Larocca, de 24 de agosto de 1963 a fevereiro de 1965; Antonio José Dantas, de 30 de março de 1965 a 9 de maio de 1967; e Brasil Borba, de 2 de maio de 1967 a maio de 1971. No entanto, o mandato do professor Brasil Borba foi prorrogado até 13 de março de 1973. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, 1984, p. 15).

A primeira turma de formandos em Direito foi realizada em 1962, a cerimônia foi realizada no Cine Teatro Ópera, com a presença do então Governador do Estado do Paraná, Ney Aminthas de Barros Braga.

A Faculdade de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa foi gestada, a partir da necessidade de um maior número de profissionais liberais em Ponta Grossa e região, nas áreas de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais. Neste processo reivindicatório da Faculdade junto ao Governo do Estado foram o Economista José Gomes do Amaral, que mantinha estreita amizade com o Governador Paulo Cruz Pimentel. Somando-se a intenção de Amaral os professores: Antonio José Satyro França, Pedro Pereira Martins, Roberval Carvalho e Henrique Dinyevicz.

A ideia foi aceita de imediato pelo Governo do estado e transformada em mensagem à Assembleia Legislativa e em Lei, “no mesmo diploma que criou a Universidade Estadual de Ponta Grossa, em janeiro de 1966”. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, 1984, p.19).

Apesar dos esforços para a sua instalação em 1966, somente em 1967 a Faculdade adquiriu personalidade jurídica e financeira, com a nomenclatura de Faculdades de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa, constituindo-se na primeira Autarquia de ensino Superior do Estado do Paraná.

Devido às dificuldades de recursos humanos as atividades de ordem administrativas de janeiro de 1966 a fevereiro de 1967, foram realizadas pelo então Secretário da Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa, João Maria Valentim. As dificuldades de instalação também se fizeram presente, e a Faculdade funcionou primeiramente no Edifício Dr. Elizeu, posteriormente no segundo pavimento do Bloco "A". Com a passagem da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa para o Bloco B, [...] " a Faculdade de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa- FACEA passou a ocupar as instalações físicas daquela Escola" [...]. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, 1984, p.20).

De faculdades isoladas a Universidade

A necessidade e o desejo de criação de uma Universidade pela comunidade acadêmica, sociedade, autoridades competentes e outros interessados começou a ser cogitado. O renomado prestígio no ensino superior das Faculdades Isoladas era, um dos motivos para o pleito pelos cidadãos pontagrossenses, e demais representantes das cidades que compunham a Região dos Campos Gerais.

Em 1968, foi criado um grupo de trabalho pró- criação da Universidade com a presença do Governador Paulo Cruz Pimentel. Estiveram presentes nesta reunião os diretores das Faculdades: Brasil Borba, Fernando Machuca, Joselfredo Cercal de Oliveira, Osmário Pimentel dos Santos e Edilon Joaquim Teixeira Biscaia. Ainda foram convidados: Faris Antonio Salomão Michaele, Mário Lima Santos, José Pinto Rosas, Pedro Pereira Martins, Lourival Santos Lima, Abílio Holzmann, Mauro Fauto Gil e Antônio José França Satyro (UNIVERISDADE ESTADULA DE PONTA GROSSA, 1984).

Scanned with CamScanner

FIGURA 6- Edifício das Faculdades isoladas da Universidade Estadual de Ponta Grossa

Fonte: Universidade Estadual de Ponta Grossa (1984).

Para a efetivação dos trabalhos sobre o surgimento da Universidade foi criada uma Comissão Instituidora da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, responsável

por promover a incorporação dos estabelecimentos de Ensino Superior na pessoa jurídica de Direito Público da Fundação Universidade e organizar a lista sêxtuplas para compor os cargos de Reitor e Vice- Reitor, os integrantes desta comissão foram:

> Edilon Joaquim Teixeira Biscaia e José Gomes do Amaral, como representantes da Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa; Fernando Machuca e Gabriel de Paula Machado, representantes da Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica de Ponta Grossa; Osmário Pimentel dos santos e Manoel Lobo da Silva Brasil, representantes da Congregação da Faculdade estadual de Odontologia de Ponta Grossa; Joselfredo Cercal de Oliveira e Sylvio Luiz Zan, representantes da Congregação da faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa; Brasil Borba e Olavo Vidal Correa, representantes da Congregação da Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa e Pedro Gorte, representante da Congregação do Colégio Estadual Augusto Ribas, nos termos dos artigos 11 e 14, inciso VI da Lei 6.034/69. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, 1984, p. 24-25).

Em 06 de novembro de 1969, a Lei estadual nº 1034 autorizou a criação das Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa. A criação da Universidade Estadual de Ponta Grossa sob a forma de Fundação foi criada pelo Decreto Estadual nº 18.111, de 28 de janeiro de 1970. Coube a Comissão Instituidora da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa a elaboração do 1º Estatuto e Regimento da Universidade como instrumentos institucionalizadores.

Em 1969, foi designada uma Comissão Especial de Implantação da Reforma Universitária- CEIRU, em atendimento à Lei nº 5.540/68. A mesma exigia ainda, a elaboração do Plano de Reestruturação, e o Regimento Geral, de acordo com as características da estrutura organizacionais e didáticas- científica, que deveriam ser aprovado simultaneamente ao reconhecimento da Universidade. O referido Plano foi aprovado através do Decreto nº 73.269 de 07 de dezembro de 1973. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, 1984).

A primeira lista sêxtupla organizada pela Comissão Instituidora da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, que postulava a Reitoria Gestão 1970/1974 foi composta pelos seguintes candidatos a Reitor: “Acelino Corrêa Bueno Filho, Alvaro Augusto Cunha Rocha, Enny Luiz Fachin, José Bittencourt Craveiro de Sá, Marjan Pawlowski e Ubirajara Sabatella”. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, 1984, p.27). Para Vice- Reitor concorreram os professores: “ Daniel Albach Tavares, José Gomes do Amaral, Nelson Liro Gubert, Odeni Villaca Mongruel”. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, 1984, p. 27).

Mediante a composição da lista e o Decreto nº 20.056 de 06 de maio de 1970, O Governador do Estado do Paraná nomeou para o cargo de Reitor o professor Titular de Direito Judiciário Civil, Alvaro Augusto Cunha Rocha e para o cargo de Vice- Reitor, Odeni Villaca Mongruel, professor Assistente de Química Orgânica da Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica da Ponta Grossa.

FIGURA 7- Primeiro Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa

Fonte: Universidade Estadual de Ponta Grossa (1984).

No dia 15 de maio de 1970 foi a tomada de posse do Reitor e no dia 18 de maio do Vice- Reitor do corrente ano.

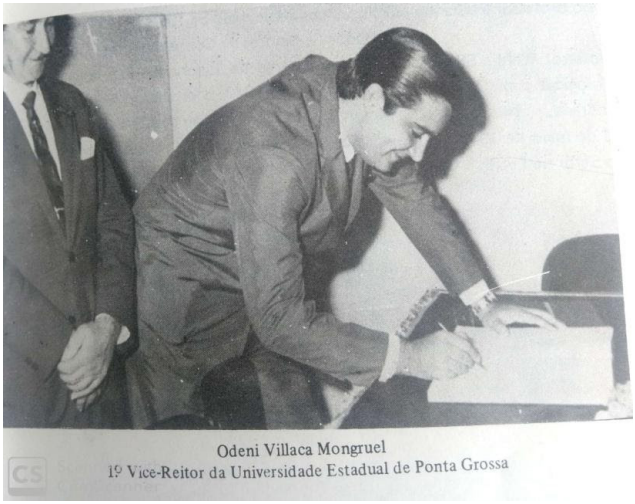


FIGURA 8- Tomada de posse Odeni Villaca Mongruel

Fonte: Universidade Estadual de Ponta Grossa (1984).

A instalação dos Conselhos de administração, Ensino, Pesquisa e Extensão e Universitário ocorreu dia 01/06/1973, após a implantação na Instituição do regime da Reforma Universitária.

Como vimos, com o processo histórico das Faculdades Isoladas até a se constituírem em uma Universidade, isto vem demonstrar que as Instituições Escolares são constituídas de uma estrutura de caráter permanente e não transitório.

> Por isso a instituição é criada para permanecer. Se observarmos mais atentamente o processo de produções de instituições, notaremos que nenhuma delas é posta em função de alguma necessidade transitória, como uma coisa passageira que, satisfeita a necessidade que a justificou é desfeita. (SAVIANI, 2007, p. 04).

Por isso, a importância em estudá-las como uma necessidade material de uma determinada sociedade, que tem por objetivo atender uma carência de caráter humano permanente, pois para as coisas transitórias não se institui uma escola.

CAPÍTULO 2

DE COLÉGIO DE APLICAÇÃO A CENTRO EDUCACIONAL: TRAJÉTORIA HISTÓRICA

O Colégio de Aplicação da Universidade Estadual de Ponta Grossa de 1950 a 1970, como já dissemos anteriormente o ideário renovador da Pedagogia Nova, ganhou espaço no tocante à constituição dos Colégios de Aplicação- CAps. A necessidade advinda do interior das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras como um espaço para as aulas práticas de ensino para os acadêmicos, a serem ministradas no ensino secundário, ganhavam cada vez mais espaço de discussões pelos educadores.

> A criação do CAp se dá no interior se dá entrelaçada à preocupação com formação de professores e remete aos objetivos estabelecidos no Estatuto das Universidades Brasileira que é, além da formação e habilitação ao exercício de atividades que requeiram preparo técnico científico, estimular a investigação científica. O colégio de aplicação aponta também para o fomento de uma tradição de pesquisa educacional. (FRANGELLA, 2019, p. 07).

A preocupação com a formação de educadores para atuar no ensino médio/ secundário, não é algo recente. As primeiras iniciativas desta modalidade de ensino, conhecidas como “cadeiras de instrução” surgem pela primeira vez no Brasil em 1820, com a necessidade de preparar os filhos dos donos das escravarias e fazendeiros, e demais da elite para o ingresso no ensino superior. Posteriormente, os cursos preparatórios foram denominados de ensino secundário (KINPARA; KRILOW, 1997).

Conforme já foi mencionado na introdução, os Colégios de Aplicação foram criados para atender as necessidades dos alunos com um local específico, para a realização de estágios e a aplicação do que estavam aprendendo. Era do interesse político da época que os alunos do ensino superior fossem capacitados para que educassem bem seus alunos, a fim de atender a mão de obra técnica que o sistema político e econômico exigia. Por isso, se fazia “necessário o vínculo entre educação e democracia no processo de transformação de uma sociedade agrária e arcaica para outra, de natureza urbana, industrial e moderna”. (SENRA, 2017, p.200).

A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ponta Grossa, devido a falta de infraestrutura, teve seu funcionamento em diferentes locais. Por isso o Colégio de Aplicação da Faculdade funcionou inicialmente no Bloco “B” da Universidade Estadual de Ponta Grossa, e posteriormente mudou suas instalações para o Colégio Estadual Regente Feijó e Instituto Estadual de Educação Professor César Prieto Martinez.

FIGURA 9- Colégio Estadual Regente Feijó

Fonte: Universidade Estadual de Ponta Grossa (1984).

Com as mudanças que ocorreram com a Reforma Universitária de 1968 e a Lei de Profissionalização do Ensino Médio de 1971, que se baseavam na constatação da deficiência de mão de obra qualificada necessária, ao desenvolvimento econômico do país e da discrepância que há entre a preparação oferecida pelo sistema educacional, e as necessidades da estrutura de emprego. O ensino passou a ser direcionado para o mercado de trabalho (para o desenvolvimento econômico do país), ou seja, o tecnicismo é inserido no currículo escolar, a partir de disciplinas técnicas e melhoria da estrutura (circuito de TV, para a especialização). "Nas décadas de 60 e 70, a legitimação tem base mais econômica, ou seja, o importante é o papel da educação no desenvolvimento. O que importa nesse período é o crescimento econômico". (LIMA; JUNIOR, 2019, p.7).

Com isso, as modificações na legislação tanto do Ensino Superior como as voltadas para a formação Técnica no Ensino Médio em 1971, o Colégio de Aplicação passou a funcionar nas dependências do Instituto Estadual de Educação Professor César Prieto Martinez.

Esta mudança foi resultado do convênio "celebrado entre a Secretaria de Educação e Cultura e a Universidade Estadual de Ponta Grossa". (LUPORINI, 1997, p. 101). Pelo Decreto de Reorganização nº 1465, de 30/12/1975, o Instituto Estadual de Educação e o:

> [...] Colégio Estadual de Aplicação passaram a constituir-se em um único estabelecimento sob a denominação de Instituto de Educação Prof. César Prieto Martinez"- Ensino de 1º e 2º Graus. Por este ato o Colégio Estadual de Aplicação foi definitivamente incorporado ao Instituto de Educação. (LUPORINI, 1997, p. 101).

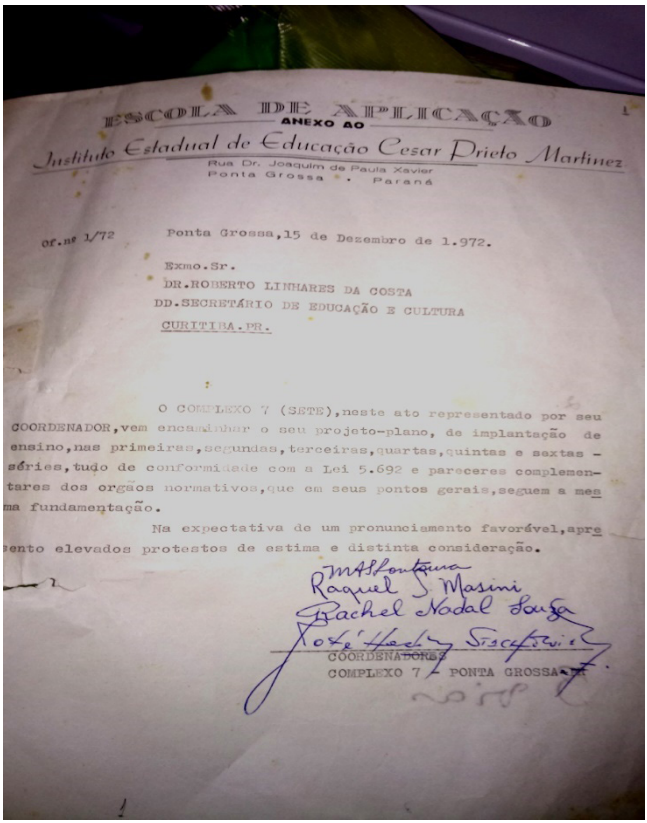
O Instituto Estadual de Educação Prof. César Prieto Martinez", foi o polo das 07 escolas responsáveis pelo reorganização do Ensino de 1º e 2º Graus num projeto denominado de Complexo "7", em atendimento ao conteúdo da Lei 5692/71, conforme imagem ilustrativa da capa do documento.

FIGURA 10- Capa do Projeto Complexo 7

Fonte: Acervo do Instituto de Educação Estadual Professor Cesar Prieto Martinez

No ofício nº01/72 de 15 de dezembro de 1972, endereçado ao Secretário de Educação e Cultura do Paraná percebemos a preocupação do coordenador do Colégio de Aplicação anexo ao Instituto de Educação, em atender a solicitação da nova organização das Escolas.

O texto relatou sobre a elaboração do Projeto- Plano que estava encaminhando para a implantação de ensino, nas primeiras, segundas, terceiras, quartas, quintas e sextas séries, tudo em conformidade com a Lei 5692/71 e pareceres complementares dos órgãos normativos. Encerrou o ofício afirmando sua expectativa de um pronunciamento favorável, e desejou elevados protestos de estima e distinta consideração. Conforme podemos constatar na imagem ilustrativa:



ESCOLA DE APLICAÇÃO
ANEXO AO
Instituto Estadual de Educação Cesar Prieto Martinez
Rua Dr. Joaquim de Paula Xavier
Ponta Grossa - Paraná

of.nº 1/72 Ponta Grossa,15 de Dezembro de 1.972.

Exmo.Sr.
DR.ROBERTO LINHARES DA COSTA
DD.SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CURITIBA.PR.

O COMPLEXO 7 (SETE),neste ato representado por seu COORDENADOR,vem encaminhar o seu projeto-plano, de implantação de ensino,nas primeiras,segundas,terceiras,quartas,quintas e sextas - séries,tudo de conformidade com a Lei 5.692 e pareceres complementares dos orgãos normativos,que em seus pontos gerais,seguem a mesma fundamentação.

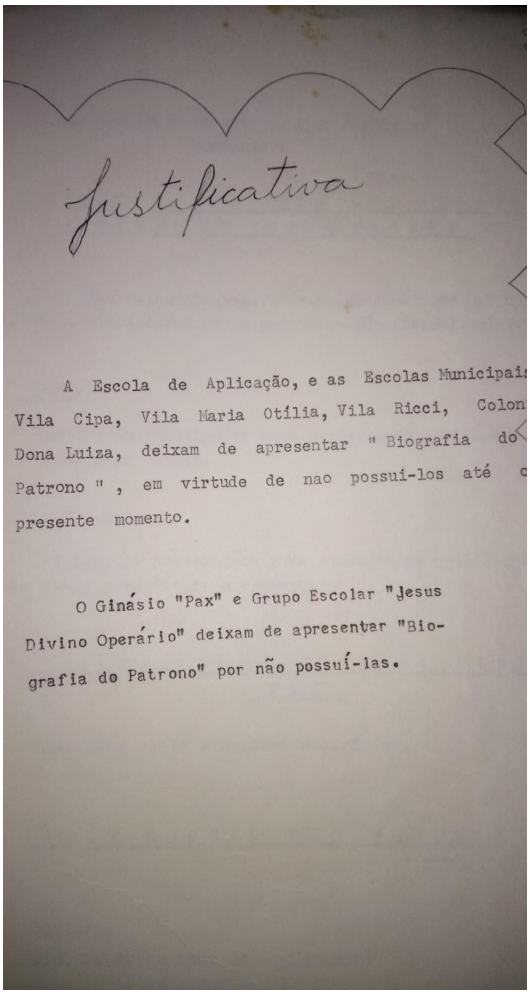
Na expectativa de um pronunciamento favorável,apresento elevados protestos de estima e distinta consideração.

COORDENADOR
COMPLEXO 7 - PONTA GROSSA-PR.

FIGURA 11- Imagem ilustrativa do ofício nº1/72 do Complexo 7

Fonte: Acervo do Instituto de Educação Estadual Professor Cesar Prieto Martinez

Em outro documento percebemos a dificuldade das demais escolas em encaminhar a Biografia de seus Patronos devido à inexistência dos mesmos, incluindo a Escola de Aplicação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. As escolas pertencentes ao “Complexo 7” eram: Escola de Aplicação- UEPG, Escolas Municipais: Vila Cipa, Vila Maria Otília, Vila Ricci, Colônia Dona Luiza, Ginásio PAX e Grupo Escolar Jesus Divino Operário. Conforme imagem ilustrativa:



Justificativa

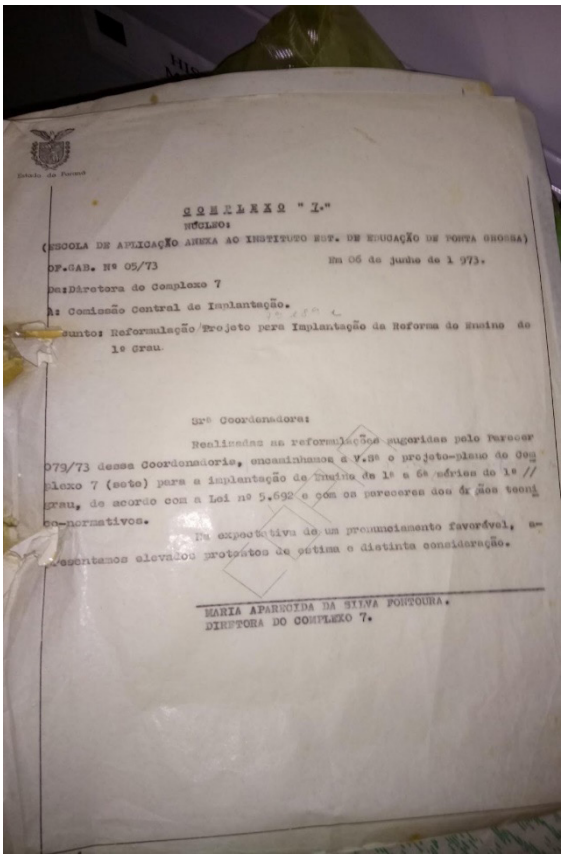
A Escola de Aplicação, e as Escolas Municipais Vila Cipa, Vila Maria Otília, Vila Ricci, Colon Dona Luiza, deixam de apresentar " Biografia do Patrono " , em virtude de nao possuí-los até o presente momento.

O Ginásio "Pax" e Grupo Escolar "Jesus Divino Operário" deixam de apresentar "Biografia do Patrono" por não possuí-las.

FIGURA 12- Imagem ilustrativa do nome das Escolas do Complexo 7

Fonte: Acervo do Instituto de Educação Estadual Professor Cesar Prieto Martinez

Em outro documento da Escola de Aplicação anexa ao Instituto de Educação, endereçada a Comissão Central de Implantação afirmavam que já haviam realizado as reformulações no Plano, sugeridas pelo Parecer 079/73 em atendimento a Lei nº 5692/71. Conforme ratifica a imagem ilustrativa:



COMPLEXO "7"
NÚCLEO:
(ESCOLA DE APLICAÇÃO ANEXA AO INSTITUTO EST. DE EDUCAÇÃO DE PONTA GROSSA)
OF.GAB. Nº 05/73 Em 06 de junho de 1 973.
De: Diretora do Complexo 7
A: Comissão Central de Implantação.
Assunto: Reformulação Projeto para Implantação da Reforma do Ensino de 1º Grau.

Sr. Coordenadora:

Realizadas as reformulações sugeridas pelo Parecer 079/73 dessa Coordenadoria, encaminhamos a V.Sª o projeto-plano do Complexo 7 (sete) para a implantação de Ensino de 1ª a 6ª séries do 1º Grau, de acordo com a Lei nº 5.692 e com os pareceres dos órgãos técnico-normativos.

Na expectativa de um pronunciamento favorável, apresentamos elevados protestos de estima e distinta consideração.

MARIA APARECIDA DA SILVA PONTOURA.
DIRETORA DO COMPLEXO 7.

FIGURA 13- Imagem ilustrativa do ofício nº 05/73 do Complexo 7

Fonte: Acervo do Instituto de Educação Estadual Professor Cesar Prieto Martinez

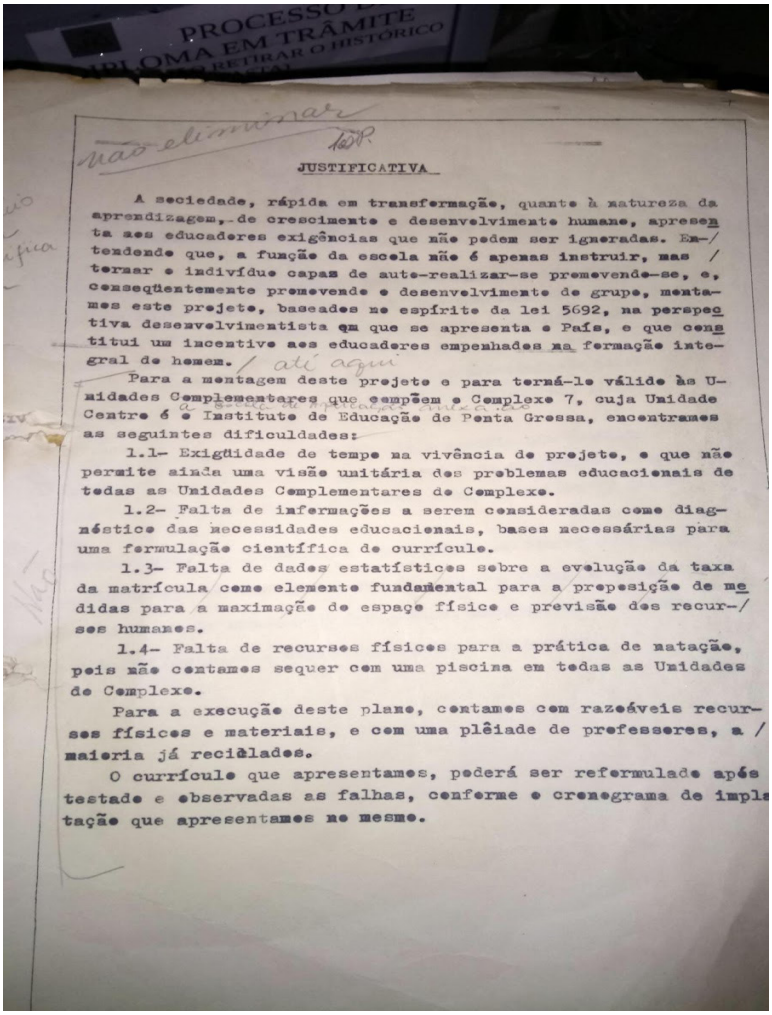
No documento em que o coordenador elaborou a justificativa, percebemos as dificuldades que estavam enfrentando tanto na elaboração, como na execução do Projeto, para o cumprimento das deliberações da Lei 5692/71, na preparação dos alunos para a mão de obra especializada com o ensino técnico, exigido pelo capitalismo. Principais queixas elencadas:

- Exiguidade de tempo na vivência do projeto, e que não permite ainda uma visão unitária dos problemas educacionais de todas as Unidades Complementares do Complexo;
- Falta de informações a serem consideradas como diagnóstico das necessidades educacionais, bases necessárias para uma reformulação científica de currículo;
- Falta de dados estatísticos sobre a evolução da taxa da matrícula como elemento fundamental para a proposição de medidas para a maximização de es-

paço físico e previsão de recursos humanos;

- Falta de recursos físicos para a prática de natação, pois não contamos sequer com uma piscina em todas as Unidades do Complexo.

A imagem abaixo ilustra o registro acima:



PROCESSO EM TRÂMITE
DIPLOMA
RETIRAR O HISTÓRICO

não eliminar

JUSTIFICATIVA

A sociedade, rápida em transformação, quanto à natureza da aprendizagem, de crescimento e desenvolvimento humano, apresenta aos educadores exigências que não podem ser ignoradas. Entendendo que, a função da escola não é apenas instruir, mas / tornar o indivíduo capaz de auto-realizar-se promovendo-se, e, conseqüentemente promovendo o desenvolvimento de grupo, montamos este projeto, baseados no espírito da lei 5692, na perspectiva desenvolvimentista em que se apresenta o País, e que constitui um incentivo aos educadores empenhados na formação integral do homem. / até aqui

Para a montagem deste projeto e para torná-lo válido às Unidades Complementares que compõem o Complexo 7, cuja Unidade Centro é o Instituto de Educação de Ponta Grossa, encontramos as seguintes dificuldades:

1.1- Exigüidade de tempo na vivência do projeto, o que não permite ainda uma visão unitária dos problemas educacionais de todas as Unidades Complementares do Complexo.

1.2- Falta de informações a serem consideradas como diagnóstico das necessidades educacionais, bases necessárias para uma formulação científica do currículo.

1.3- Falta de dados estatísticos sobre a evolução da taxa da matrícula como elemento fundamental para a proposição de medidas para a maximação do espaço físico e previsão dos recursos humanos.

1.4- Falta de recursos físicos para a prática de natação, pois não contamos sequer com uma piscina em todas as Unidades do Complexo.

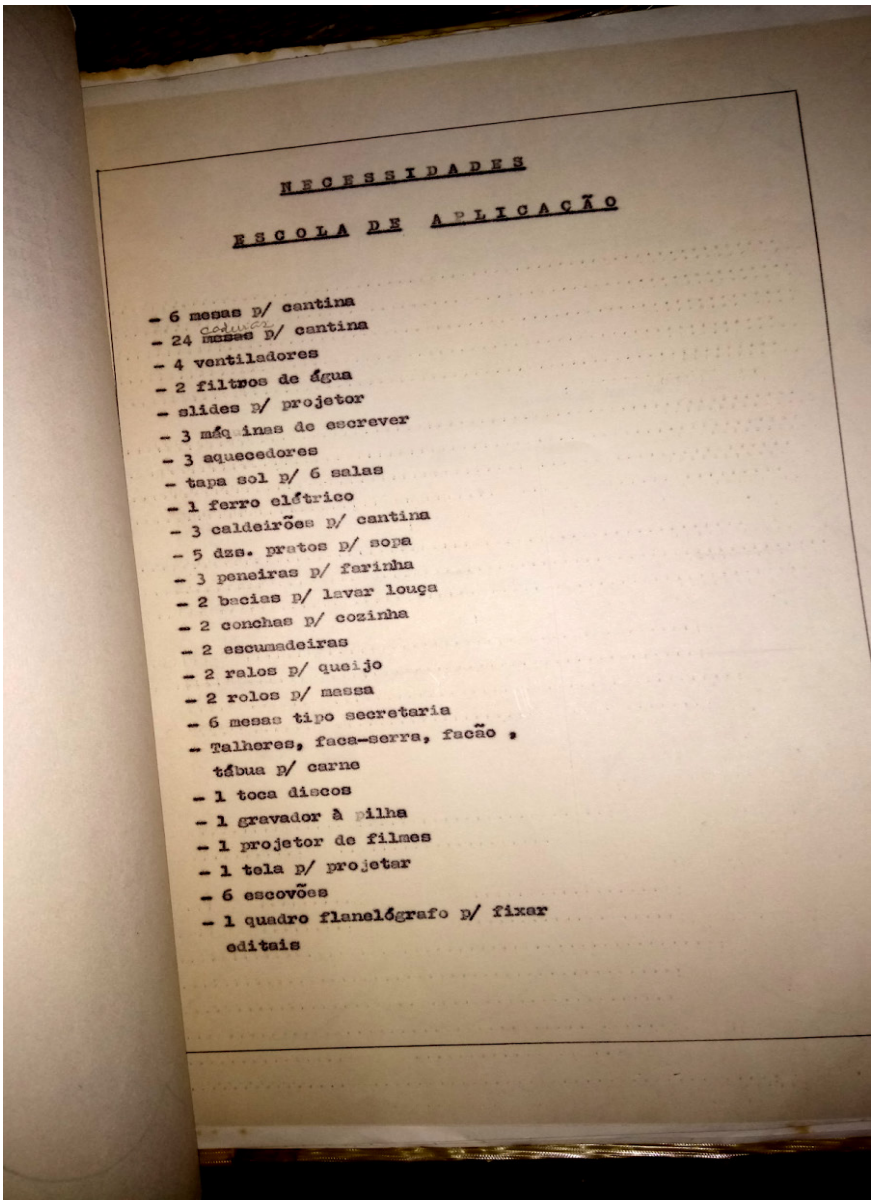
Para a execução deste plano, contamos com razoáveis recursos físicos e materiais, e com uma plêiade de professores, a / maioria já reciclados.

O currículo que apresentamos, poderá ser reformulado após testado e observadas as falhas, conforme o cronograma de implantação que apresentamos no mesmo.

FIGURA 14- Imagem ilustrativa da Justificativa do Complexo 7

Fonte: Acervo do Instituto de Educação Estadual Professor Cesar Prieto Martinez

As necessidades de materiais de consumo, secretária, utensílios de cozinha, móveis e outros também foram apontados:



NECESSIDADES

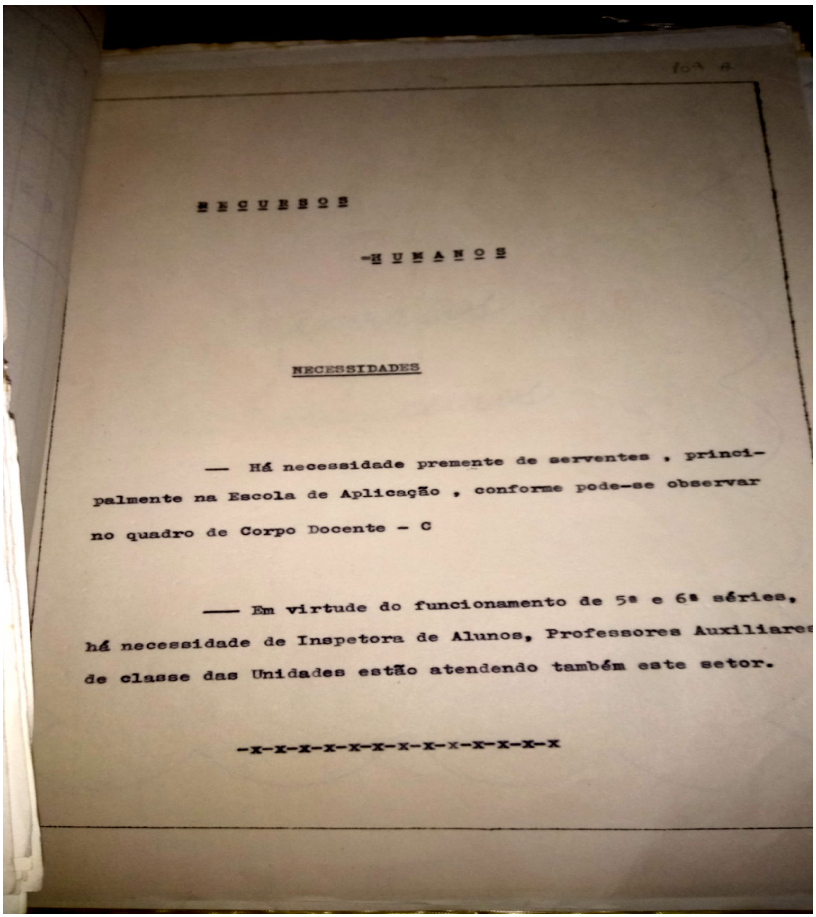
ESCOLA DE APLICAÇÃO

- 6 mesas p/ cantina
- 24 ~~mesas~~ cadeiras p/ cantina
- 4 ventiladores
- 2 filtros de água
- slides p/ projetor
- 3 máq inas de escrever
- 3 aquecedores
- tapa sol p/ 6 salas
- 1 ferro elétrico
- 3 caldeirões p/ cantina
- 5 dzs. pratos p/ sopa
- 3 peneiras p/ farinha
- 2 bacias p/ lavar louça
- 2 conchas p/ cozinha
- 2 escumadeiras
- 2 ralos p/ queijo
- 2 rolos p/ massa
- 6 mesas tipo secretaria
- Talheres, faca-serra, facão , tábua p/ carne
- 1 toca discos
- 1 gravador à pilha
- 1 projetor de filmes
- 1 tela p/ projetar
- 6 escovões
- 1 quadro flanelógrafo p/ fixar editais

FIGURA 15- Imagem ilustrativa das necessidades da Escola de Aplicação

Fonte: Acervo do Instituto de Educação Estadual Professor Cesar Prieto Martinez

O quadro de funcionários também estava em defasagem, conforme podemos constatar na imagem abaixo:



RECURSOS

-HUMANOS

NECESSIDADES

— Há necessidade premente de serventes , principalmente na Escola de Aplicação , conforme pode-se observar no quadro de Corpo Docente - C

— Em virtude do funcionamento de 5ª e 6ª séries, há necessidade de Inspetora de Alunos, Professores Auxiliares de classe das Unidades estão atendendo também este setor.

-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x

FIGURA 16- Imagem ilustrativa dos recursos humanos do Colégio de Aplicação

Fonte: Acervo do Instituto de Educação Estadual Professor Cesar Prieto Martinez

Como podemos perceber nas partes que compunham o Plano de Reorganização das escolas, pertencentes ao Complexo 7, incluindo a Escola de Aplicação da UEPG, para atender a solicitação da Lei 5692/71 voltada para a profissionalização da mão da obra, não ofereceram as condições necessárias para sua realização. Com isso o objetivo dos CAps de proporcionar um espaço, com as condições adequadas a execução de práticas pedagógicas significativas, na formação docente ficaram comprometidas. Com isso ficou comprometido, o esforço conjunto na formação de professores para que se:

> [...] instituísse uma nova concepção de professores: 'aparelhados' com instrumentos que permitissem o desenvolvimento das aulas de forma a privilegiar o educando como o centro do processo, marcadamente ativo, retomando para a formação do futuro docente os mesmos objetivos pretendido para os alunos do ensino secundário- o desenvolvimento de uma ensino racional, lógico em que o aluno aprendesse a refletir e fazer uso prático e de forma integrada dos conhecimentos adquiridos, na valorização da experiência. (FRANGELLA, 2019, p.11).

Com as mudanças que ocorrem no final da década de 1970, o Colégio de Aplicação da UEPG cessou suas atividades, e os cursos ficaram sob a responsabilidade do Instituto Estadual de Educação César Prieto Martinez, de acordo com a "Resolução nº 228/82 que determinou o reconhecimento do Curso de 2º Graus Regular [...]". (LUPORINI, 1997, p.102).

A TRAJETÓRIA DO CENTRO EDUCACIONAL DESAFIOS E POSSIBILIDADES (1977-1990)

Em 1977 na Gestão da Professora Maria Helena de Sá Santos Chefe do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino da Universidade Estadual de Ponta Grossa, decidiu deliberar a elaboração de um anteprojeto de implantação de um Centro de Experimentação e Aplicação de Novas Metodologias de Ensino de 1º e 2º Graus. As motivações que geraram o desejo da retomada dos objetivos do Colégio de Aplicação que funcionou até a década de 70 do século passado, para novamente recriar uma escola de aplicação. De acordo com o PROJETO DE IMPLANTAÇÃO (1991) foram as seguintes motivações para a elaboração:

1- Campo de estágio e espaço para pesquisa;

2- Dificuldades de inserção dos estagiários nas escolas;

3-Recuperar algumas práticas já desenvolvidas pelo Colégio de Aplicação, anexo à Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

4- Escola que atendesse do berçário ao ensino de 2º grau, com o objetivo de integrar os três níveis de ensino numa só filosofia educacional.

Na análise realizada nos documentos e de modo pontual o Projeto de Implantação (1991), elaboramos uma linha do tempo com os principais acontecimentos realizados pela equipe de trabalho do Centro Educacional de (1987 a 1990).

- **1987-** Entrega do anteprojeto do Plano Básico do Centro Educacional ao Reitor João Lubczyk, e um projeto de construção, que recebeu aprovação do Conselho Universitário pela resolução Univ. n.º 017 de 01 de setembro de 1987**.**

- **1989-**O Grupo de Trabalho entregou ao Magnífico Reitor o Projeto de Centro Educacional, do qual constava o cronograma de implantação, aprovado pela resolução CA. Nº 184 de 27 de dezembro de 1989.

- **1990**- Em 06 de março de 1990, pela portaria R. nº 042, foi designada a Comissão de Implantação do Projeto Centro Educacional, composta pelas seguintes professoras: Lucília Ester Tramontin, como Coordenadora Geral; Maria José Subtil como Coordenadora do Instituto de Educação Não Formal; Mariná Holzmann Ribas como Coordenadora do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos; Teresa Jussara Luporini como Coordenadora do Instituto de Pesquisa Educacional.

Elaboração dos subprojetos de criação dos Institutos componentes do Centro

Educacional.

- 10/08/ 1990, pela Resolução Univ. n.º 016, o Centro Educacional é incluído no art. 50º, parágrafo 10º do Regimento Geral da UEPG, como órgão suplementar desta Instituição.

- 05/10/1990- iniciou sob a coordenação da professora Mariná Holzmann Ribas, a primeira atividade do Centro Educacional, com a realização do Curso de Atualização "Centro Educacional – uma proposta pedagógica inovadora".

As reuniões de trabalho do CENTRO EDUCACIONAL registradas em ata, contaram com a participação dos docentes da UEPG em diferentes demandas de trabalho, apresentamos resumidamente a pauta das 19 (dezenove) atas realizadas de 1990 a 1993.

- Ata nº 1- realizada em 13/07/1990 primeira reunião com registro em ata pelo grupo de trabalho estiveram presentes: Lucília Ester Tramontin, Therezinha Miranda, Milda Gevert Brephol, Maria José Subtil, Luzia Borsato Cavagnari, Mariná Holzmann Ribas, Teresa Jussara Luporini.

- Ata nº 2- realizada em 07/03/1991 foi registrado em ata também a presença de Lauro Fanchin (vice Reitor) e Maria Helena de Sá Santos, Cleide Aparecida Faria Rodrigues.

- Ata nº 3- não tivemos a inserção de nenhum professor/nome novo no grupo de trabalho.

- Ata nº 4- realizada em 12/11/1991 participou da reunião pela primeira vez com registro em ata a Professora Priscila Larocca Estevam;

- Ata nº 5- realizada em 01/06/1992 participaram da reunião pela primeira vez com registro em ata as Professoras: Kazuko Inow, Maria Isabel Simon e Maiza Taques Margraf.

- Ata nº 6- realizada em 01/07/1992 não houve registro de nenhum nome/professor novo.

- Ata nº 7- realizada em 06/08/1992 (Semana Pedagógica) participaram desta reunião: Maria Augusta Pereira Jorge, Jefferson Mainardes, Rozilda Baron Martins, Marinê F. B. Leite, Marli Catarina Soares, Sérgio Tebecherani, Hermínia Bugeste Marinho, Aida Lavalle, Cristiane (sem registro do sobrenome), Elizabete A. Pinto, Alteni Pimenta, Magda B. Borges.

- Ata nº 8- realizada em 07/10/1992 (Semana Pedagógica) participaram desta reunião: Maria Luiza Nadal, Rita de Cássia da Silva Oliveira, Claudio Jorge Guimarães, Niltonci (nome incompleto), Rosangela Wosiack, Edson Armando Filho, Flamarion da Costa, Lilia Maria Lopes Marochi, João Luiz Domingues Ri-

bas, Acácio Moura Prestes, Maria José Rizzi Henrique, Thereza Cristina Push, Aline Emílio, Avanilda Macedo, Joani Alves Ferreira, Mabel de Bortoli, Márcia Gonçalves Oliviaki, Graciete Tozzeto Goes, Elizabete (sem registro sobrenome).

- Ata nº 9- realizada em 09/02/1992- Esméria de Lourdes Savelli registrou sua participação.

- Ata nº 10 11/12/1992- Um dos assuntos discutidos nesta reunião foi o esvaziamento dos professores nas reuniões e demandas de trabalho, com a proximidade do início do funcionamento da escola participaram da reunião: Lucilia Ester Tramontin, Maria Helena de Sá Santos, Priscila Larocca Estevam, Maria Jose Subtil, Hermínia Marinho Bugest, Sidione Santos (1ª vez), Kazuko Inow, Esméria de Lourdes Savelli. Uma das justificavas para isso era a ausência de carga horária dos professores destinada as atividades do Centro Educacional.

- Ata nº 11- realizada em 21/01/1993 (organização da escola- funcionamento). Estiveram presentes: Lucilia Ester Tramontin, Maria Helena de Sá Santos, Priscilla Larocca Estevam, Maria Jose Subtil, Hermínia Marinho Bugest, Sidione Santos (1ª vez), Kazuko Inow, Marly Catarina Soares, Jussara Luporini, Mariná Holzmann Ribas, Esméria de Lourdes Savelli.

- Ata nº12- realizada em 11/03/1993 participou pela primeira vez Marjorie Bittencourt Emílio Mendes

- Ata nº 13- realizada em 15/04/1993-/ Ata nº 14- (20/05/1993)

- Ata nº 15- (17/06/1993) nenhum professor novo.

- Ata nº 16- realizada em 19/08/1993- inserção da professora Ivone Terezinha Santos.

- Ata nº 17- realizada em 16/09/1993, Ata nº 18- (07/10/1993) e Ata º 19 (25/10/1993). Nenhum professor foi inserido na equipe que compunha o Centro Educacional com o nome devidamente registrado em Ata.

De 1990 a 1993 foram realizadas 19 reuniões com registro em ata para o planejamento, elaboração e execução do funcionamento do Centro Educacional da UEPG. O nome dos funcionários da UEPG que faziam parte dos Institutos do Centro Educacional até a Ata nº 19 (25/10/1993), não foram citados.

ATIVIDADES DO CENTRO EDUCACIONAL- FORMAÇÃO DOCENTE

De acordo com o registro na Ata nº01/1990 o Centro Educacional deveria organizar um "[...] planejamento de um curso de atualização de recursos humanos, [...] Professor Roberto Ballalai diretor do Centro de Cooperação Técnica e Cultural do Centro Educacional

de Niterói." (ATA nº1, 1990, p. 02), foi convidado como palestrante do Curso de atualização: Centro Educacional – uma proposta inovadora- 05/10/1990.

FIGURA 17- Imagem ilustrativa da composição da mesa Profº Ballalai

Fonte: Acervo de imagens do CAIC/UEPG

O público que participou das palestras de capacitação era constituído de alunos da UEPG, professores e comunidade em geral.

FIGURA 18- Imagem ilustrativa do público no Curso de Capacitação

Fonte: Acervo de imagens do CAIC/UEPG

Para ministrar sobre Alfabetização foi convidado o Professor Jefferson Mainardes do Departamento de Educação.

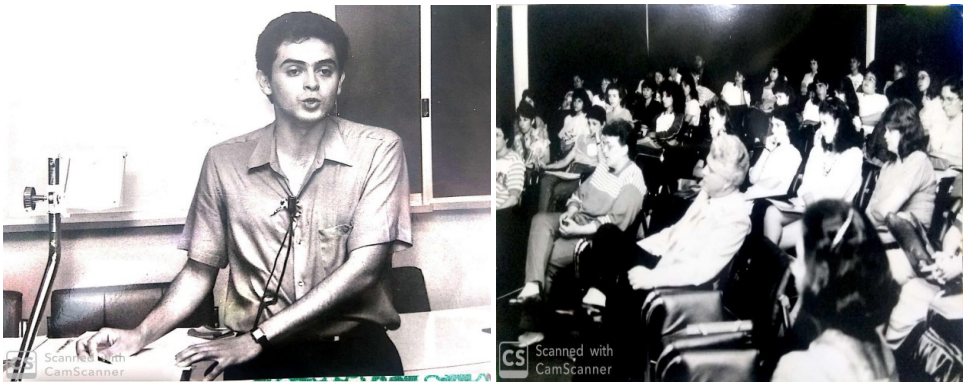


FIGURA 19- Imagem ilustrativa do Profº Jefferson Mainardes e o público no Curso de Capacitação

Fonte: Acervo de imagens CAIC/ UEPG

De acordo com o Projeto do Centro Educacional (1990), todas as atividades deveriam ser desenvolvidas integrando os quatros Institutos:

- **Instituto de Pesquisa Educacional** – incentivo no processo de ação-reflexão-ação da prática educativa;

- **Instituto de Educação Escolar-** desenvolver atividades em regime de tempo integral, abrangendo desde o berçário até 2º Grau. Aplicação de novas metodologias, estágios para vários cursos mantidos pela UEPG.

- **Instituto de Educação Não Formal-** Projetos especiais voltados à comunidade interna e externa;

- **Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos-** responsável pela formação docente, imbuído de uma postura filosófica progressista, um trabalho integrado e coletivo.

O funcionamento dos Institutos exigia um grupo de professores dispostos a coordená-los. Os professores encontraram dificuldades de liberação de carga horária, para atender as demandas da organização da escola/ e dos Institutos. Sendo uma das pautas da Ata a discussão desta problemática:

> Ampliação ou manutenção das cargas horárias dos integrantes da equipe do Centro educacional [...] foi pedido que seja solicitado ao Reitor uma representação visando alocar os padrões de trabalho de membros do Centro Educacional junto à SEED, à serviço desse mesmo Centro na UEPG. (ATA nº 04, 1991, p. 12-13).

Outra preocupação com professores sem a liberação de carga horária para o Centro Educacional seria a rotatividade dos mesmos, prejudicando o processo de formação docente com a descontinuidade, assim como, o rompimento com o Projeto Pedagógico.

> Os professores devem dedicar-se em tempo integral ao Centro Educacional, com permanência para estudo na escola e com um mínimo de rotatividade de forma a não prejudicar o projeto pedagógico". (ATA nº 5. 1990, p. 14).

Para resolver esta questão foi pensado em ter um quadro próprio de docentes para o Centro Educacional. "O professor Lauro usa a palavra e destaca que é vontade do Reitor ter um quadro docente próprio no Centro Educacional". (ATA nº 5, 1990, p. 14).

A espera da construção do prédio prometida pelo Governo Collor com o Projeto Minha Gente, e a necessidade da adequação do nome/ objetivos do Instituto de Educação Escolar para Centro Integrado de Atendimento à Criança - CIAC, também foi uma dificuldade a ser superada pela equipe do Centro Educacional.

O lançamento da pedra fundamental para a construção do prédio foi prestigiado por professores e autoridades.

FIGURA 20- Imagem ilustrativa da Pedra Fundamental e da Construção do CAIC/UEPG.

Fonte: Acervo de imagens do CAIC/UEPG

O Projeto de Implantação (1991) previu um cronograma para o início das atividades, por isso a preocupação com a entrega da construção do prédio.

CRONOGRAMA DE IMPLANTACAO DO INSTITUTO DE EDUCACAO ESCOLAR

ETAPAS		ESCOLA	ANOS								
NIVEIS	MODULOS	SERIADA	91	92	93	94	95	96	97	98	99
NIVEL I	MODULO 1	BERCARIO	NAO	P	R	E	V	I	S	T	O
	MODULO 2	MATERNAL	NAO	P	R	E	V	I	S	T	O
NIVEL II	MODULO 3	JARDIM I	NAO	P	R	E	V	I	S	T	O
	MODULO 4	JARDIM II	X								
NIVEL III	MODULO 5	PRE	X								
	MODULO 6	1a. SERIE	X								
	MODULO 7	2a. SERIE	X								
NIVEL IV	MODULO 8	3a. SERIE		X							
	MODULO 9	4a. SERIE			X						
	MODULO 10	5a. SERIE				X					
NIVEL V	MODULO 11	6a. SERIE					X				
	MODULO 12	7a. SERIE						X			
	MODULO 13	8a. SERIE							X		
NIVEL VI	MODULO 14	1a. S/2.GRAU						X			
	MODULO 15	2a. S/2.GRAU							X		
	MODULO 16	3a. S/2.GRAU								X	
	MODULO 17	4a. S/2.GRAU									X

Scanned with CamScanner

FIGURA 21- Imagem ilustrativa do Cronograma de Implantação do Instituto de Educação Escolar do CAIC/UEPG

Fonte: Projeto de Implantação do Centro Educacional (1991).

As divergências filosóficas e teóricas do projeto pedagógico do Centro Educacional com o programa do Governo Collor (1990-1992) de cunho assistencialista também foram preocupantes*:*

> A professora Lucília realizou uma breve exposição a respeito da natureza e da estrutura do Centro Educacional [...] e está aguardando a construção do CIAC para efetivar a implantação total do Projeto em questão. Segundo a professora Lucília, a escola do Centro Educacional deve ser estadual, embora o prédio que a abrigará é a do CIAC. Será uma escola pesquisa, em regime de tempo integral e que deverá desenvolver um experimento pedagógico, capaz de fazer avançar a teoria e a prática educacional. (ATA nº 5, 1990, p. 13).

Em 1992- a Universidade Estadual de Ponta Grossa recebeu a doação do prédio do Governo Federal. Em 1993- O CIAC iniciou suas atividades com alunos de maternal a 4ª séries/ 1996- passou a denominar-se de Centro de Atenção Integral da Criança e o

Adolescente.

Figura 22- Imagem ilustrativa da cerimônia do início do funcionamento do CAIC

Fonte: Acervo de imagens do CAIC/UEPG

Como vimos na análise dos documentos do Centro Educacional (1990-1993) que mesmo com um projeto pedagógico considerado inovador, as dificuldades em efetivar a proposta pedagógica, resultante da falta de recursos, estrutura física e recursos humanos se fizeram presentes.

A concessão do Prédio pelo Governo Federal e a proposta ideológica nele engendrada de uma educação de cunho assistencialista, caminhava na direção contrária à do Centro Educacional que se denominava como Progressista. Com isso entendemos que:

> Cada instituição escolar ou educativa responde às múltiplas determinações de forma única. A interpretação e o manuseio de aspectos da legislação, por exemplo, ganham originalidade em cada unidade escolar. [...] A localização das escolas torna-as ímpares. As relações da população com as instituições escolares geram situações não previstas e que alteram, localmente, planos oficiais ou diretrizes de uma política educacional. (SANFELICE, 2007, p. 79).

Outra questão apontada foi à dificuldade na liberação dos profissionais da educação para atuarem na escola, que acabou por sobrecarregar os demais que estavam lotados na Instituição. Com isso, percebemos que não basta um Projeto Político Pedagógico para que o ensino se efetive em uma instituição escolar, é preciso além da estrutura física, os recursos humanos necessários para a efetivação do mesmo. A realidade de muitas instituições de ensino é de que infelizmente:

> Temos muitas professoras nos grandes centros, nas cidades do interior e nos rincões desse país obrigadas a sobreviver com remuneração inferior ao salário mínimo, sofrendo toda forma de constrangimento material e moral; professores sobrecarregados de aulas, submetidos ao mandonismo local e trabalhando em condições precárias [...].(SAVIANI, 2013, p. 262).

Percebemos na análise dos documentos os limites e as possibilidades de um grupo de professores da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que almejavam um local para a prática pedagógica dos alunos, a fim de melhorar a qualidade de ensino. Além, de propiciar aos alunos da escola um ensino público e de qualidade.

Mesmo na contramão dos objetivos das políticas públicas educacionais que tinham como pauta principal, a qualificação de mão de obra para atender a demanda da indústria até meados de 1970, e na sequência em 1990-1993 vimos o desafio em superar um ensino meramente assistencialista, proposto pelo Governo Federal com a concessão do prédio.

Mediante isso pontuamos que, infelizmente a História da Educação Brasileira relacionada às Instituições Escolares, tem sido assolada pelas descontinuidades dos programas de governos, faltas de verbas, recursos financeiros e humanos e outros, causando o empobrecimento e o sucateamento do ensino público, favorecendo com isso, o dualismo educacional, tão presente na atualidade consolidando a passos largos o sistema Capitalista.

CAPÍTULO 3

O ESPAÇO DA PESQUISA EM BUSCA DAS FONTES, E SEUS SUJEITOS HISTÓRICOS

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA E ORGANIZAÇÃO

Como vimos anteriormente em 1993, a escola administrada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa gestada pela equipe de professores do Centro Educacional iniciou suas atividades, transcrevemos abaixo, os dados de identificação da instituição tendo como referência os documentos escolares: Proposta Pedagógica (2015) e Regimento Escolar da Instituição (2015).

O Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Reitor Alvaro Augusto Cunha Rocha – CAIC, é um órgão suplementar da Universidade Estadual de Ponta Grossa, situado à Alameda Coronel Camisão s/ n.º, Campus Universitário, no bairro de Uvaranas, no município de Ponta Grossa/Paraná, CEP 84031-020.

Com a inauguração do espaço físico, foi possível a ampliação das atividades previstas para o Centro Educacional com a criação da Escola Reitor Alvaro Augusto Cunha Rocha Ensino Pré Escolar e de 1.º grau, pela Portaria n.º 042 de 05 de janeiro de 1993.

Em 04 de junho de 1996, atendendo solicitação do PRONAICA – Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente para legalização dos CAICs em nível federal, foi criado o Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Reitor Alvaro Augusto Cunha Rocha, em substituição ao órgão suplementar desta Universidade denominado “Centro Educacional” através da resolução CA nº 171 de 04/06/1996.

A estrutura organizacional aprovada, seguia um padrão para os CAICs em nível nacional, porém a implantação da proposta original não foi possível, uma vez que exigia uma demanda de recursos humanos e financeiros não disponíveis e não condizentes com as possibilidades e realidade vigente na estrutura da UEPG, mantenedora do órgão.

A experiência adquirida pela equipe de profissionais atuantes no CAIC Reitor Alvaro Augusto Cunha Rocha neste período, desde a sua implantação as modificações foram acontecendo gradualmente, na estrutura inicial para adaptá-la às necessidades reais do órgão e seus usuários, bem como, as possibilidades de manutenção do mesmo pela UEPG.

Este processo culminou no desenvolvimento de uma estrutura organizacional, que demonstrou na prática maior funcionalidade para que se pudessem alcançar os objetivos propostos, pelo Projeto Pedagógico do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Reitor Alvaro Augusto Cunha Rocha, no que lhe concerne, que é a oferta da Educação Básica em Educação Infantil e Ensino Fundamental – 1ª ao 9 anos.

FIGURA 23- Vista panorâmica do prédio CAIC/UEPG

FONTE: Acervo de imagens do CAIC/ UEPG

Da mesma forma, verificou-se a necessidade de reestruturação nos espaços físicos e na estrutura organizacional das escolas: Escola Reitor Alvaro Augusto Cunha Rocha – Educação Infantil e Ensino Fundamental 1ª ao 5ª anos e Escola Estadual Professora Halia Terezinha Gruba – Ensino Fundamental - 6ª ao 9ª anos, como também, nos diversos setores administrativos, cujas ações administrativas e pedagógicas, oferecessem os meios necessários aos educandos para o bom aproveitamento da educação escolar.

FIGURA 24- Alunos da Escola Estadual Profª Hália Terezinha Gruba

Fonte: Acervo de imagens do CAIC/ UEPG

Missão da escola

O CAIC tem como missão o desenvolvimento de atividades educacionais voltadas à formação integral do cidadão, centrada na Educação Básica em Educação Infantil e Ensino Fundamental de 1ª a 9ª anos.

Competências

A fim de atingir sua missão, compete ao CAIC:

- Oferecer vagas para Educação Infantil e Ensino Fundamental à comunidade abrangida, levando-se em conta o projeto pedagógico, o espaço físico, os critérios de abertura de vagas e a efetivação da matrícula.

- Desenvolver e aprimorar o Projeto Pedagógico implantado, em consonância com a filosofia de trabalho da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Estrutura organizacional

A organizacional proposta para o CAIC Reitor Alvaro Augusto Cunha Rocha é formada pela Direção Geral, por duas divisões: Divisão Administrativa e Divisão Pedagógica e de Pesquisa; pelas Escolas: Escola Estadual Professora Halia Terezinha Gruba e Escola Reitor Alvaro Augusto Cunha Rocha; pelas Seções de Apoio: Seção de Alimentação e Nutrição, Seção de Cultura, Seção de Esportes e Lazer, Seção de Saúde, Seção de Serviço

Social; e pelas Seções de Serviços: Seção de Limpeza e Manutenção, Seção de Recursos Humanos e Tesouraria e Seção de Secretaria Geral.

Apresentamos as atividades do cotidiano da escola desenvolvidas por professores e alunos do CAIC obtidas no documento oficial da escola Projeto Político Pedagógico (2015), Regimento Interno do CAIC (2015) s e site oficial do CAIC.

Plano de trabalho bimestral

A escola pesquisada desenvolve seu trabalho tendo por base o currículo, o professor seleciona os conteúdos, propõem os objetivos, projetos, atividades, constituindo um "plano de trabalho", a ser apresentado e discutido com os alunos no início de cada bimestre. A importância deste plano de trabalho ser planejado e negociado com os alunos resulta num enriquecimento das atividades curriculares.

Assembleias

Referem-se a sessões coletivas (professor e alunos), para discutir e orientar a realização do plano de trabalho e também para proporcionar momentos de avaliação individual e coletiva. Deverão ser realizadas periodicamente atendendo as necessidades do processo pedagógico.

Trabalho individual

Consiste nas atividades que o aluno por si só realiza. Na aprendizagem, por mais que se constitua num processo interpessoal e compartilhado é sempre uma questão individual, uma apropriação pessoal.

Trabalho diversificado

O trabalho diversificado realizado na escola oportuniza o atendimento das diferenças individuais na realização das atividades em grupos onde o professor coordena e dirige.

Pesquisa como processo de formação da competência humana

O professor poderá propor projetos de estudo com propostas interdisciplinares, buscando o elo entre as diversas áreas do conhecimento e a realidade vivida, despertando no aluno o prazer pela pesquisa, promovendo assim a reflexão no seu próprio processo de saber pensar, aprender a aprender, avaliar e avaliar-se. Ao mesmo tempo oportunizar o trabalho com os Temas Transversais, propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais. Neste processo o professor assume o papel de mediador do conhecimento e o aluno o de construtor do próprio conhecimento.

Atividades propostas pelos alunos

Os alunos poderão trazer propostas de enriquecimento curricular com temas de estudo ou atividades pertinentes ao seu interesse de investigação e faixa etária. Essas atividades propiciam a participação efetiva do aluno na vida escolar, atendendo aos diferentes ritmos e necessidades de aprofundamento grupais ou individuais.

Projetos coordenados pelos professores

Os professores propõem e coordenam projetos enriquecedores do currículo. Sua duração é variável conforme seus objetivos, desejo e o interesse dos alunos pelo assunto tratado.

Registros da classe

Os principais instrumentos que o professor dispõe para apoiar sua prática constituem-se na observação e no registro. Considerando-se esses registros o professor terá subsídios que redimensionará ou confirmará sua prática.

Estudos complementares

A recuperação da aprendizagem é realizada na forma de estudos complementares, paralelos ao desenvolvimento das atividades cotidianas, com atividades diversificadas, em sala de aula, e sempre inseridas no processo educativo, e não apenas no momento restrito.

São atividades realizadas por professores e alunos para resgatar as deficiências durante o processo de ensino aprendizagem. Com essa prática e embasada na lei de Diretrizes e Bases, pretende-se atender as diferenças individuais no que se refere às dificuldades de aprendizagem dos alunos.

Grupos identificados por símbolos ou denominação

No início de cada ano letivo os alunos escolhem um símbolo escrito ou gráfico para identificação de seu grupo.

Ponto de encontro

A cada ano letivo, os grupos escolhem um ponto de encontro, tendo como referência um local interno no pátio da escola para se reunirem após o sinal, onde aguardam a vinda dos professores. Essa medida é levada em conta para a organização do grupo, um momento especial de organização do grupo para o início/reinício das atividades escolares.

Descrevemos abaixo as atividades consideradas de rotina para os professores e alunos:

· Assembleias inicial e final

Momento de encontro entre professor e alunos no qual fazem combinados, levantam propostas, contam novidades e avaliam propostas desenvolvidas.

· Livro da vida

Alunos e professores realizam registro de acontecimentos e fatos importantes (ocorridos em sala de aula ou outros espaços priorizando a de expressão.

· Correspondência escolar

Os alunos e professores elaboram correspondência intra e inter-escolar.

· Momento livre

Acontece em horário de lanche e almoço onde as crianças em atividades lúdicas e

interação desenvolvem a socialização.

· Aula de educação física

Desenvolvida pela seção de esportes de 1 a 2 vezes na semana, onde as crianças realizam atividades criativas e saudáveis como: Jogos, brincadeiras, dramatizações, danças como nova forma de ampliar o conteúdo educativo.

· Biblioteca

Os alunos realizam atividades de leitura no círculo do livro fazendo uso da biblioteca. Espaço onde a criança aprende a importância e desenvolve o gosto pela leitura.

· Soninho

Momento em que alunos da educação dormem após o almoço para descansar

· Ateliês

Ludoteca, Brinquedoteca, Expressão Matemáticas, Educanto, Expressão Corporal, Culinária, Coral Infantojuvenil da UEPG.

PESQUISA HISTÓRICA 25 ANOS DE FUNCIONAMENTO DO CAIC

Dentre os objetivos estabelecidos no plano de trabalho um deles foi o resgate histórico da instituição que completou 25 anos em 2018. Tendo o conhecimento de que a escola tem como prática pedagógica metodológica a investigação dos conteúdos escolares, utilizamos desta estratégia já conhecida por alunos e professores para encaminhar a atividade. A faixa etária dos alunos pesquisadores compreendeu entre 03 e 10 anos (Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental), com seus respectivos professores. Os assuntos de interesse de cada grupo que foi pesquisado foram:

- Momento livre: Alunos da Educação Infantil (alunos de 03 a 5 anos). Este é o momento da organização do dia em uma escola em tempo integral, após o horário de almoço, que é muito apreciado pelos alunos. Eles tem a oportunidade de escolher suas brincadeiras e ou brinquedos, e brincar livremente nos diferentes espaço da escola, sob a observação e cuidado de acadêmicos e professores.

FIGURA 25- Imagem ilustrativa do tema pesquisado Momento Livre

Fonte: Acervo de imagens do CAIC / UEPG

- Brinquedoteca: 1º anos (alunos de 06 anos). A Brinquedoteca escolar é oferecida aos alunos na modalidade de oficina pedagógica, onde os alunos têm uma variedade de brinquedos, fantasias, jogos e outros os quais poderão utilizar, além de participarem de brincadeiras e outras atividades de cunho lúdico realizado pela Brinquedista.

FIGURA 26- Imagem ilustrativa do tema pesquisado Brinquedoteca

Fonte: Acervo de imagens do CAIC / UEPG

- Aulas passeio: 2º Anos (alunos de 07 anos). A prática das aulas passeios encontra aporte teórico na Pedagogia de Célestin Freinet, onde as aulas passeios é uma de suas técnicas utilizadas com o objetivo de tornar os conteúdos escolares mais significativos e ou de maior compreensão. “Na volta dos passeios a atmosfera da classe era outra: cada um queria contar o ocorrido durante o passeio [...] o que vira, ou que descobrira [...]”. (SAMPAIO, 1989, p. 16). A verificação “in loco” do que é ensinado em sala de aula é uma das atividades muito solicitadas pelos alunos.

FIGURA 27- Desenho do tema pesquisado Aula Passeio

Fonte: Acervo de imagens do CAIC/ UEPG.

- FESTAS JUNINAS DO CAIC: 3º anos (alunos de 08 anos). As festas escolares é uma das atividades muito apreciadas pelos alunos, professores e comunidade escolar. As festas juninas no CAIC vem sendo realizadas desde 1993, este tema que foi investigado trouxe muitas lembranças desta atividade, pela comunidade escolar que estudou no CAIC, pois é considerada como uma festa tradicional na escola.

FiGURA 28- Desenho sobre o tema pesquisado Festas Juninas do CAIC

Fonte: Acervo de imagens do CAIC / UEPG

- BIBLIOTECA DO CAIC: 4º anos (alunos de 09 anos). A biblioteca é um dos espaços mais valorizados pelos professores e alunos, os livros são muito utilizados para as leituras individuais, coletivas e outras atividades relacionadas à alfabetização e letramento, por meio da leitura dos livros.

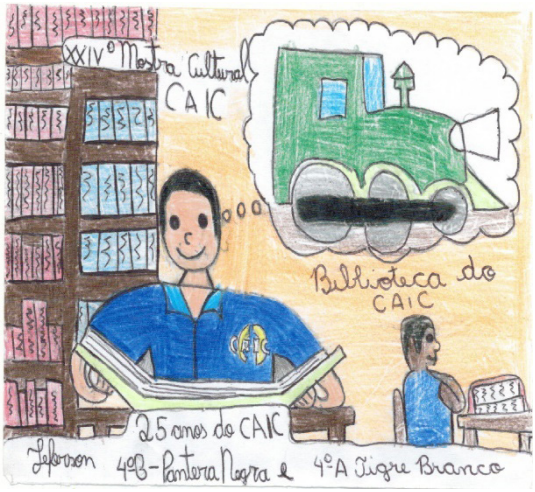


FIGURA 29- Desenho sobre o tema pesquisado Biblioteca do CAIC

Fonte: Acervo de imagens do CAIC / UEPG

- JOCA: 5º anos (alunos de 10 anos). Os JOGOS do CAIC – JOCA é uma das atividades recreativas e esportivas que envolvem todos os alunos do CAIC, por meio de competições entre os grupos de acordo com a faixa etária. É um momento muito esperado pelos alunos, como incentivo às atividades recreativas/esportivas e uma vida saudável.

FIGURA 30- Desenho sobre o tema pesquisado JOCA: Participação e Movimento

Fonte: Acervo de imagens do CAIC / UEPG

Após o trabalho de pesquisa os alunos apresentaram os resultados com a exposição de uma Mostra Cultural intitulada CAIC 25 anos: um mergulho na história, com a participação da comunidade escolar, universitária e outros colaboradores com exposição de materiais, fotos, cartazes e ou equipamentos para enriquecimento dos temas apresentados.

FIGURA 31- Banner de divulgação do evento XXIV- Mostra Cultural

Fonte: Acervo de imagens do CAIC / UEPG

Este trabalho foi de grande apreço principalmente pelos alunos e servidores egressos da instituição, ao rever os aspectos históricos por eles vivenciados. Percebemos a importância dos que atuam na escola, conhecer a história de sua instituição. A compreensão

da realidade material e histórica que as constituiu, e as influências recebidas do momento histórico em que foram implantadas.

FIGURA 32 A - Professoras envolvidas na Pesquisa

Fonte: Imagens acervo do CAIC/UEPG

FIGURA 32 B- Professoras e professor envolvidas (o) na Pesquisa

Fonte**:** Imagens acervo do CAIC/UEPG

Mediante as ações desenvolvidas no espaço da pesquisa foi possível observar que as interações com os sujeitos, do local pesquisado na divulgação dos resultados, análise dos dados obtidos por meio das fontes, e outras atividades desenvolvidas já mencionadas, significou um momento de identificação e de pertencimento pelos envolvidos. Na medida em que os mesmos puderam, conhecer o processo histórico da instituição da qual fazem parte.

A devolutiva dos resultados ao local pesquisado e seus envolvidos deve ser considerado como um importante processo de integração. “A reflexão sobre ela [...] seja durante o seu desenrolar, seja após a sua conclusão e representando um esforço de ideia de pesquisa que deve possibilitar a reflexão sobre ela”. (LÜDKE; CRUZ, 2005, p. 02).

É preciso considerar que o trabalho desenvolvido pelos que atuam nas instituições escolares, deve ser entendido como uma ação concreta de seus sujeitos, e da modificação dos mesmos por meio dele. Isto revela um modo distinto de manifestar a sua vida e sua própria essência por meio do trabalho. Neste processo as ações coletivas devem superar aquelas dissociadas do processo educativo, como um todo articulado com suas partes.

CONCLUSÃO

O estudo desenvolvido sobre: “A reconstrução histórica do Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente Reitor Alvaro Augusto Cunha Rocha- CAIC: a primeira escola universitária”, foi organizado de modo a possibilitar a compreensão da totalidade sem se eximir, no entanto das particularidades e peculiaridades, que fizeram parte da história do primeiro Colégio de Aplicação da Universidade Estadual em Ponta Grossa, por ocasião da existência da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras.

A história do Colégio de Aplicação CAp, acompanhou o movimento político educacional do surgimento das Faculdades Isoladas no Brasil e consequentemente no Paraná. O Colégio de Aplicação da UEPG foi o pioneiro na organização dos CAps, entre as Instituições de Ensino Superior no Paraná- IES, na década de 50 do século XX. Criado para atender a demanda de mão de obra qualificada, e ao mesmo tempo, treinar os novos professores para uma prestação de serviço de melhor qualidade, a fim de suprir as necessidades provenientes das transformações econômicas, políticas e educacionais que ocorreram no Brasil com o avanço da indústria iniciado em meados (1920-1930).

Ao analisarmos as fontes, estas revelaram que o processo de implantação do Colégio de Aplicação desde o início em 1950, em que funcionou em diferentes locais devido à falta de infraestrutura, demonstrou o que repetidamente, vem acontecendo nas políticas educacionais brasileiras. De modo impositivo, exigem das Instituições Escolares, mudanças e ou adequações às leis sem ao menos discutir, as reais condições de implantação das mesmas ou a sua viabilidade.

Isto foi percebido, na parceria firmada entre o Colégio de Aplicação e o Instituto Estadual de Educação Profº César Prieto Martinez em 1970, já mencionado, para funcionar em suas dependências sem a infraestrutura necessária. A análise dos documentos revelaram as dificuldades das escolas que compunham o Complexo das 7, e que estavam incumbidas em cumprir os dispositivos da Lei 5692/71, voltada para a qualificação da mão de obra especializada decorrente da necessidade do mercado de trabalho, com um ensino secundário profissionalizante. Esta medida prevista em Lei, apontou para uma diferenciação no ensino para a classe trabalhadora, e outra para elite dominante. Além disso, as escolas apresentavam dificuldades desde materiais de consumo, mobiliários, incluindo espaço físico adequado, recursos humanos, financeiros dentre outros.

As descontinuidades dos programas de Governo relacionados à educação não foram diferentes com o Colégio de Aplicação da UEPG, encerrando suas atividades na década de 70 do século passado.

Mesmo após o encerramento do Colégio de Aplicação, ainda pairava o desejo em um grupo de professores de retomar os objetivos iniciais, que originaram os CAPs. Dentre eles, um espaço adequado para os alunos realizarem seus experimentos pedagógicos. A justificativa para isso era, de que muitas escolas nem sempre se apresentavam dispostas, a inserção dos acadêmicos no cotidiano escolar, dificultando a prática pedagógica dos mesmos. Também, visualizavam a possibilidade de um ensino inovador, com os pressupostos epistemológicos e filosóficos contidos no Projeto Político e Pedagógico da escola, em sintonia com uma postura crítica de ensino assumida pelo grupo de professores, que compunham a equipe do Centro Educacional.

A análise nos documentos e registros nas Atas das reuniões da equipe de trabalho apontou que as discussões, foram se transformando em ações em direção, da criação de um Instituto que abrigaria também uma Escola de Aplicação. Em 1993 o CIAC- iniciou suas atividades tendo esta nomenclatura decorrente da concessão do prédio, na Gestão do Governo Collor de cunho assistencialista. Posteriormente, passou a denominar-se de Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Reitor Alvaro Augusto Cunha Rocha- denominação que utiliza até o presente momento.

Apesar do recorte temporal da pesquisa delimitar o ano de 1993 em que se deu o início das atividades na escola, as ações que dela resultaram não se limitou ao período pesquisado. Neste sentido, com o intuito de auxiliar a preservação do acervo escolar do CAIC/ UEPG, considerado uma referência de instituição escolar para a cidade de Ponta Grossa e Região dos Campos Gerais, é que foram digitalizados os "Livros da Vida", recurso pedagógico utilizado para o registro das atividades realizadas pelos alunos e professores em sala de aula no período de (1993-2018).

Este trabalho permitiu a digitalização de aproximadamente 300 livros, a serem disponibilizados para consultas e pesquisas de domínio público, na Biblioteca da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Na digitalização dos mesmos, contamos com o auxílio das alunas do Curso de Pedagogia na disciplina de História de Educação ministrada pela Profª Drª Maria Isabel Moura Nascimento.

As pesquisas sobre Instituições Escolares e de modo distinto a reconstrução histórica do Colégio de Aplicação da UEPG, possibilitaram a reflexão de que mesmo com o conhecimento teórico e prático dos pressupostos pedagógicos, prescrito no Projeto Educativo considerado inovador pela instituição pesquisada. Esta condição, nem sempre significa que a escola obterá êxito na organização do trabalho e na execução das práticas pedagógicas, conforme pudemos comprovar nos registros/ fontes da instituição ora pesquisada.

O sucesso da escola também está para além de seus muros, isso requer a existência de uma política educacional, que realmente venha ao encontro das condições e necessidades históricas e materiais escolares, da comunidade na qual a instituição está inserida. Para obtermos uma nova história das Instituições Escolares Públicas, é preciso que isto se efetive numa situação concreta que reflita o real, capaz de romper com as barreiras cristalizadas pelo separatismo e exclusão social.

É preciso ainda, estar atento aos sinais de mudanças presentes na diversidade étnica e cultural brasileira, o respeito à diversidade e as classes menos favorecidas, com ações efetivas oferecendo-lhes o mesmo direito e oportunidades escolares e um ensino de qualidade.

Neste aspecto, a Universidade deve se apresentar como uma das principais agências fomentadoras destas práticas sociais e educativas. A pesquisa, ensino e a extensão, só terão cumprido sua tríade institucional, se possibilitarem o caminho para o diálogo, e a conscientização de práticas efetivas e formadoras às novas gerações, capazes de romper com as atuais relações de produção e poder, que operam na exploração das forças produtivas da mão de obra do trabalhador.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. P. de. **História e historiografia da Escola Luterana Concórdia de Marechal Candido Rondon (1955-1969)**. 2011. 266 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, 2011.

BRASIL. **Decreto n. 19.851, de 11 de Abril de 1931**. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacao-1-pe.html>. Acessado em 14/08/17.

CAIC REITOR ÁLVARO AUGUSTO CUNHA ROCHA. **Regimento Interno.** Ponta Grossa. 2015.

CENTRO EDUCACIONAL DA UEPG. **Livro Ata**. 1990, p. 100.

CENTRO EDUCACIONAL DA UEPG. **Projeto de Implantação.** Ponta Grossa, 1991.

CHIBINSKI, R. A. C.; SILVA, R. M. da. **CAIC 20 ANOS:** revisitando a história por meio de práticas pedagógicas significativas. 1. ed. PONTA GROSSA: Estúdio Texto, 2014. v. 1. 115 p.

COLEGIO ESTADUAL DE APLICAÇÃO. Complexo 7: **acreditamos nos destinos educacionais do Brasil**. Ponta Grossa, 1972, p. 100.

COUTINHO, G. C. M. A. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM SEROPÉDICA A EXPERIÊNCIA DO CAIC**. Disponível em http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/A%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO%20INTEGRAL%20EM%20SEROPEDICA.pdf. Acessado em 16 de jul. 2018.

ESCOLA REITOR ÁLVARO AUGUSTO CUNHA ROCHA. **Projeto Político Pedagógico.** Ponta Grossa. 2015.

FRANGELLA, R. de C. P. **Colégio de Aplicação e a Instituição de uma nova lógica de formação de professores: um estudo histórico no Colégio De Aplicação da Universidade do Brasil**. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/134_rita_de_cassia_p.pdfAcesso em 10 de jul 2019.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Catálogo Gera**l. Ponta Grossa, 1972.

KINPARA, L. C. dos P.; KRILOW, L. S. W. A Crise de 1929 e seus reflexos no Brasil: a repercussão do crack na Bolsa de Nova York na imprensa brasileira. **ALCAR 2015. 10º Encontro Nacional da História da Mídia**. UFRGS, 2015.

LIMA. A. J. A.; JÚNIOR, R. S. Panorama da Educação Brasileira na década de 1960. **III CONEDU**: Congresso Nacional de Educação. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA1_ID2286_14082016222320.pdf. Acesso em 12de jun.2019.

LÜDKE, M.; CRUZ, G. B. Aproximando universidade e escola de educação básica pela pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: vol.35, n. 125, p. 21, mai./ago. 2005.

LUPORINI, T.J. (org.). **Catálogo das fontes primárias e secundárias para a educação brasileira localizadas no Estado do Paraná**. (Região dos Campos Gerais: Castro, Palmeira, Piraí do Sul e Ponta Grossa). Ponta Grossa: Editora UEPG, 1997.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Nova Cultural Ltda, São Paulo. 1996.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MARX, K. **Glosas críticas marginais ao artigo:** o rei da Prússia e a reforma social de um prussiano. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NASCIMENTO, M. I. M. História das instituições escolares. In: SANFELICE, J. L.; SANDANO, W.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Instituições Escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007.

NASCIMENTO, M. I. M. **A primeira escola de professores dos Campos Gerais- PR**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2008.

NASCIMENTO, M. I. M.; SILVA, R. M. da. O Estado do Conhecimento sobre os Colégios de Aplicação do Brasil de 1987-2013. **Revista Gestão Acadêmica**. Nova Esperança, v. 1, n. 2, p. 129-145, 2014.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético científico de investigação. **Eccos Revista Cientifica**. São Paulo, v.7, n.2, p. 351-368, jul./dez. 2005.

ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1996.

RAMOS, M. BRAGA. Apresentação. In: **MINERVA**. Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa. n.1, Ponta Grossa, 1967.

ROSAS, P. S. Prof. Bruno Enei. In Memoriam. In: **MINERV**A. Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa. n.1, Ponta Grossa, 1967.

SANFELICE. J. L. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, M. I. M.; SANDANO, W.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (orgs). **Instituições Escolares no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

SAVIANI, D. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: In: NASCIMENTO, M. I. M.; SANDANO, W.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (orgs). **Instituições Escolares no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

SAVIANI, D. **Aberturas para a história da educação:** do debate teórico metodológico no campo da história ao debate sobre a construção dos sistemas nacional de educação no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SENRA, A. de O. Educação e liberalismo no pensamento de Clemente Mariani. Revista de História de Historiografia da Educação. Curitiba, v. 1, n. especial, p. 193-213, jul. 2017.

SILVA, F. L. O colégio de aplicação da Universidade Estadual de Londrina também chamado de Profº José Aloíso Aragão. **REVISTA LINHAS**, Florianópolis, v.13, nº 01, p. 147-165, jan/jun.2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Assessoria de planejamento. 35 anos de ensino superior: 1949-1984. Ponta Grossa: Imprensa Universitária, 1984.

XAVIER**,** M. E. S. P. **Capitalismo e escola no Brasil**: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961). Papirus, 1990.

SOBRE AS AUTORAS

ROSIANE MACHADO DA SILVA - Possui graduação em Pedagogia, Especialização e Mestrado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa na linha de pesquisa Políticas Educacionais Atuou como Docente e Coordenadora Pedagógica Institucional da SECAL Faculdade Santa Amélia. Chefe da Divisão Pedagógica do CAIC/UEPG. Atualmente atua como Diretora da Escola Reitor Alvaro Augusto Cunha Rocha, administrada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Atuou na Coordenação de Tutoria em EaD no Curso de Pedagogia Oferta Especial. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão Educacional, Educação Infantil, Formação Docente, Escola de Tempo Integral, Docência e Coordenação no Ensino Superior na modalidade Presencial e a Distância e Instituições Escolares. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa linha de pesquisa História e Políticas Educacionais. Participação como pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação" dos Campos Gerais - PR. Coordenadora do grupo de Estudos sobre a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), em Ponta Grossa, organizado pelo HISTEDB-PR (Grupo de pesquisa em "História, Sociedade e Educação no Brasil". GT da Região Oeste do Paraná), sediado na Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná). Pós- Doutorado em Educação na Universidade Estadual de Ponta Grossa ORCID ID https://orcid.org/0000-0002-9751-6358

MARIA ISABEL MOURA NASCIMENTO - É graduada em Pedagogia pelo Instituto de Ciências Sociais de Americana (1992), Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas -PUCAMP (1996) e Doutora em Educação, Área de Concentração: Filosofia e História da Educação, pela Universidade Estadual de Campinas (2004), Pós-Doutorado em História e Filosofia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP (2011). Bolsa de Produtividade em Pesquisa-Fundação Araucária 2014/2016. Possui Bolsa Produtividade em Pesquisa CNPq. Atualmente é professora Associada da Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG onde trabalha desde (1990) e atua como Professora no curso de graduação em Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado, Doutorado e Pós Doutorado desta instituição. Membro do Comitê Científico de Ciências Humanas do PIBIC/CNPq -UEPG, (2008/2010). Assumiu em (2009 / 2012) titularidade como membro do Comitê de Assessoramento da Educação (CAAs) da Fundação Araucária. É associada da SBHE e Secretária Executiva do HISTEDBR(2002-2011). É membro de corpo editorial e parecerista de Revistas da área da Educação, como: HISTEDBR On-line (UNICAMP/SP), Olhar de Professor (UEPG/PR), Periódico da Revista Roteiro Editora Unoesc, Editora da Universidade Estadual de Maringá (Eduem/PR); Participa como líder no Grupo de Pesquisas História, Sociedade e Educação" dos Campos Gerais - PR no contexto internacional, com participação de pesquisadores da Universidade de Rovuma Moçambique. Participa desde 1992 do Grupo de Estudos Sociedade, História e Educação no Brasil (HISTEDBR) tem experiência na Educação, com ênfase em História da Educação, atuando principalmente nas seguintes áreas: História, Trabalho e Educação; Historiografia da Educação; História da Reconstrução das Instituições, Escolares no Brasil; Imprensa e a Educação e o Negro e a Educação. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6243-9973

Atena Editora
Ano 2021

A RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

REITOR ALVARO AUGUSTO CUNHA ROCHA- CAIC:

A primeira escola universitária (1950-1993)

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2021

A RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

REITOR ALVARO AUGUSTO CUNHA ROCHA- CAIC:

A primeira escola universitária (1950-1993)

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br